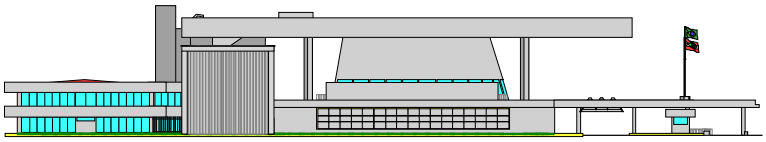
17ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX | FLORIANÓPOLIS, 13 DE SETEMBRO DE 2011 | NÚMERO 6.330

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dado Cherem

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta – Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos – Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Kennedy Nunes
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherem

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.
Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.
Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XX - **NÚMERO 2330**
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS
TIRAGEM: 5 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 082ª Sessão Ordinária realizada em 06/09/2011 2
Ata da 083ª Sessão Ordinária realizada em 08/09/2011 15

Atos da Mesa
Ato da Mesa 24

Publicações Diversas
Atas de Comissões Permanentes 25
Aviso de Sessão Pública 26
Extratos 26
Portarias 26
Redações Finais 27

PLENÁRIO

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE SETEMBRO DE 2011
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra reuniões da comissão de Turismo e Meio Ambiente.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Lê manifesto do movimento Coletivo Catarinense de Direito à Memória, à Verdade e à Justiça.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Reporta-se aos acontecimentos de 2009 em Guaraciaba.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Padre Pedro Baldissera.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se à divulgação do desaparecimento de R$ 51 milhões da Celesc.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Sombrio e o lançamento da Frente Parlamentar da Interpraias.

Partidos Políticos

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Tece considerações a respeito do Revigorar 3.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Solidariza-se com o deputado Volnei Morastoni.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Posiciona-se a respeito dos problemas da BR-470.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Protesta contra o fechamento de posto da PRF em São Francisco do Sul; registra a liberação de R$ 6 milhões para a infraestrutura da Ajorpeme.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Rememora o Projeto Criciúma Criança; defende a geração de energia através do carvão mineral.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Homenageia o soldado PM Flávio Fuscolin Klettemberg.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Defende os bombeiros voluntários.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Parabeniza o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Solidariza-se com o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à segurança pública.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Encaminha a votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - (pela ordem) Encaminha votação da Mensagem n. 0216/2011.

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Analisa a manutenção do veto ao PL 0140/2011.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Congratula-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Congratula-se com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Retoma a discussão da duplicação da BR-470.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Concorda com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Solidariza-se com a população dos municípios atingidos pelas chuvas de granizo no oeste catarinense.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (aparte) - Cumprimenta a deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Manifesta-se a respeito do sumiço dos R$ 51 milhões da Celesc.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Faz considerações sobre a questão da Celesc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, enquanto v.exa. verifica a ordem das inscrições, quero cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior, aqui presente, nosso secretário de estado, a quem formulamos o convite para, conforme conversamos verbalmente, participar de reunião em nossa comissão de Turismo e Meio Ambiente, pois será um prazer conversarmos sobre os projetos de sua pasta para Santa Catarina. Além disso, estamos agendando a realização de algumas reuniões externas, para as quais gostaríamos de contar com a sua presença ou de um representante.

Sr. presidente, através do Fórum Parlamentar do Esporte, vamos realizar, nos próximos dias, algumas reuniões descentralizadas, para as quais já estamos providenciando o envio de convites. Haverá vários debates: em Concórdia, na próxima sexta-feira, e no dia 15 de setembro, em Joaçaba.

Aproveitando que teremos as audiências do Orçamento Regionalizado, pretendemos fazer reuniões para debater algumas questões do esporte de Santa Catarina, para as quais convidamos os membros do Fórum Parlamentar do Esporte e os demais deputados.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e pessoas presentes no plenário nesta tarde de terça-feira.

Quero, inicialmente, ler na íntegra um documento do Coletivo Catarinense de Direito à Memória, à Verdade e à Justiça.

(Passa a ler.)

"Manifesto Memória, Verdade e Justiça do Coletivo Catarinense

Desde a década de 70, familiares catarinenses procuram informações sobre seus mortos e desaparecidos políticos. Famílias de Timbó, Criciúma, Porto União, Florianópolis, Balneário Camboriú e Joaçaba vivem a angústia e a esperança de um dia saber o que aconteceu e possam velar e enterrar com dignidade seus mortos.

Essa é uma causa que interessa a toda a sociedade e não apenas aos familiares e ex-presos políticos, pois a ditadura militar, que perdurou em nosso país de 1964 até 1985, ofendeu e prejudicou todos os que lutam por um mundo justo e acreditam na democracia como a melhor forma de governar. Esse é um assunto presente em todos os países que buscam consolidar suas democracias.

Assim sendo, reuniram-se em Florianópolis, no dia 18 de julho próximo passado, familiares, dirigentes sindicais, parlamentares, representantes da sociedade civil e militantes pelos direitos humanos e criaram o Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça.

O governo precisa dar uma resposta a essas famílias, a todos os presos políticos, banidos, torturados, exilados e sobreviventes da ditadura militar, reconhecer publicamente as arbitrariedades e os crimes cometidos e pedir perdão aos que sofreram.

A luta pelo estado de direito torna-se cada vez mais necessária, pois ainda hoje vemos prisões e assassinatos praticados por agentes do estado.

Precisamos formar a Memória Nacional sobre resistência à ditadura militar. A proposta de criação da Comissão da Verdade nos dá esperança!

Queremos uma Comissão da Verdade independente; queremos a abertura de todos os acervos documentais produzidos naquele período.

Queremos o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso da Guerrilha do Araguaia;

Queremos saber a verdade e queremos justiça!

O Brasil merece entrar numa era de democracia e prosperidade. Para tanto precisa conhecer e reconciliar-se com seu passado.

Para que jamais se esqueça!

Pra que nunca mais aconteça!

Florianópolis, 18 de julho de 2011."[sic]

Esse documento reflete o posicionamento que tomamos nos últimos quatro anos com relação a esse assunto, pois dentre os desaparecidos políticos há um praça da Polícia Militar. Não somente por isso, é evidente que todo desaparecido político, todo torturado é um problema da nossa sociedade. Além disso, todo ser humano tem direito ao luto, deputado Edison Andrino, o direito de velar, de sepultar seus mortos. E esse direito não tem sido garantido a um grande conjunto de brasileiros e de catarinenses.

Com relação ao documento e ao termo comumente usado no Brasil, "ditadura militar", entre aspas, não quero contestar, porque é evidente que havia militares à frente, mas a ditadura no Brasil teve motivação, além de ideológica, econômica, que foi determinada justamente pelos poderes econômicos de fora e de dentro do nosso país.

Hoje em dia fica muito bonito falar contra a ditadura, no entanto, muito dos que hoje posam de bons moços, em tempos idos apoiaram-na. Ainda outro dia li num dos jornais de grande circulação do estado uma notícia bombástica, como se fosse mais um desses escândalos que têm acometido tanto em nosso país, deputado Padre Pedro Baldissera. Noticiaram que Leonel Brizola teve suas contas no Uruguai pagas pelo governo brasileiro. Fiquei irritado. Nem li a matéria inteira, mas fiquei irritado somente com a manchete porque é "fulanizar" um dos grandes homens desta República.

Leonel Brizola era governador do Rio Grande do Sul. Aqueles que patrocinaram um golpe contra os direitos do povo brasileiro, em 1964, não tinham somente que pagar a conta de Brizola no Uruguai, tinham que lhe devolver o mandato naquele estado; tinham que devolver a João Goulart o mandato de presidente da República; tinham que ser punidos e condenados pelo assassinato de João Goulart, porque hoje resta provado que foi envenenado.

Quero aproveitar para dizer que na semana passada tivemos o cinquentenário da Campanha da Legalidade, em 1961, quando deixa o Palácio Piratini, no Rio Grande do Sul, juntamente com o povo gaúcho e catarinense, com exceção do governador e dos seus de Santa Catarina, e resiste àquele golpe de 1961. Não conseguiriam naquele ano e se preparam para fazer em 1964, três anos depois. Conseguiram fazer três anos depois daquilo que tentaram em agosto de 1961.

E estava no jornal o seguinte: "Olha, que absurdo, o estado brasileiro pagou as contas do Brizola no Uruguai"! No meio de uma maré, de denúncias constantes e de corrupção neste país, parece que estão ainda tentando matar novamente Leonel Brizola.

O governo do Rio Grande do Sul nos roubou o governo da República; sumiram e desapareceram com pessoas pelo Brasil afora e no estado de Santa Catarina, inclusive um deputado estadual. Evidentemente que o povo brasileiro tem que saber onde está não somente a família dessas pessoas, onde estão os restos mortais, o que aconteceu; tem o direito de velar seus mortos.

Nos outros países da América Latina, onde tivemos também ditaduras como aqui, boa parte dos criminosos foi condenada, inclusive ex-presidentes da República, generais, militares ou não. Isso nos países vizinhos aqui da América Latina. E no Brasil a gente não pode saber quem foi que matou, por que matou e onde estão os restos mortais de centenas de pessoas.

Então, o nosso posicionamento é para que isso seja feito. Na verdade, o que me incomoda é quando se cita somente a ditadura militar, porque foi meia dúzia de generais usada pelos interesses dos monopólios empresariais do Brasil e fora dele, com articulações com o Pentágono, com os interesses de estado do governo dos Estados Unidos da América, e isso também está documentalmente comprovado hoje em dia. E aí dizem que é a ditadura militar, como se quem é militar tem culpa por isso e quem não é não tem culpa.

Eu diria que muitos não militares têm responsabilidade direta naqueles 20 anos de ditadura, assim como milhares de outros militares foram vítimas daquele mesmo processo.

Então, aproveitando o ensejo da leitura desse manifesto, com o qual concordamos, quero dizer que é um direito da sociedade brasileira conhecer e fazer também essa manifestação e essa homenagem a Lionel Brizola, um dos grandes do Brasil. Não o matem de novo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, eu gostaria, inicialmente, de fazer o registro de que na tarde de ontem estivemos, juntamente com outros parlamentares, na posse do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, catarinense que tem trabalhado muito no nosso estado. Claro que tem tido destaque importante dentro da área da conciliação, fazendo parte também do comitê executivo para a conciliação e ao mesmo tempo em defesa do direito do consumidor.

Então, desejamos a ele um extraordinário e importante trabalho no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Gostaria de aproveitar este momento, sr. presidente, já que amanhã, dia 7 de setembro, não teremos sessão, tendo em vista o feriado nacional, para fazer uma rápida menção sobre o que aconteceu há 2 anos, em 7 setembro de 2009, no município de Guaraciaba, quando aquele município e outros da região enfrentaram um tornado que destruiu várias comunidades do interior, trazendo, ao mesmo tempo, grandes transtornos às famílias, destruindo estruturas e vitimando quatro pessoas naquela ocasião. Além disso, ocorreram várias perdas na iminência do tornado. Aliás, diga-se, único no país nessas proporções.

Quero lembrar antes de projetarmos algumas fotografias da época e de hoje, como as coisas foram acontecendo, de que o município de Guaraciaba tem uma lei que criou a Defesa Civil do município, ainda em 1994. E junto com essa lei, claro, um fundo que arrecada recursos para prevenir as questões que envolvem as catástrofes do município.

O efetivo dos bombeiros está desenvolvendo um plano de contingência com levantamento de áreas de risco dentro do município de Guaraciaba, pois há equipamentos e mão de obra disponíveis em eventos climáticos diversos. Então, o município está-se preparando cada vez mais para poder enfrentar esse tipo de transtornos que poderão acontecer.

Tomara que isso não volte a se repetir, porque na ocasião foram atingidas 15 comunidades do interior. Portanto, a metade do município tem sido atacada e destruída violentamente pelo tornado. Mas gostaria de apresentar as fotos, para que as pessoas que nos acompanham possam sentir o que isso representou na época da catástrofe do tornado.

Trago algumas fotografias ilustrando o que eu gostaria que fosse apresentado.

(Procede-se à apresentação de fotos.)

Mostrei essas fotos para ilustrar rapidamente um pouco do que o tornado fez na época e o trabalho incansável daquelas famílias, dos municípios de toda a região, deputado Neodi Saretta.

Em todos os municípios tivemos a participação de milhares e milhares de pessoas de todas as regiões, ajudando a reconstruir as casas daquelas famílias que perderam tudo. Ainda bem que elas se mantiveram acesas, vivas, alimentando esperança, otimismo.

Nesse sentido, com a parceria do governo federal, com a participação do governo do estado e de todos os nossos municípios da nossa região, reconstruímos o município de Guaraciaba que amanhã completará o segundo ano do acontecimento da catástrofe.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. foi prefeito desse querido município de Guaraciaba e tem autoridade moral para trazer, em nome daquele povo, a sua realidade. Apenas faço este aparte para me solidarizar com v.exa., para parabenizá-lo pelo discurso e para dizer que o município e a região do extremo oeste viveram naquele dia, talvez, um dos dias mais tristes da sua história. Mas o povo de Guaraciaba, com o apoio de suas lideranças municipais, da administração, com a ajuda de v.exa., dos governos que contribuíram, deu um exemplo de como erguer a cabeça e se recuperar. É um exemplo que fica para a história de Santa Catarina. Então, através da dor, da tristeza daquelas pessoas, nasceu um exemplo para outras gerações seguirem.

Parabéns ao povo de Guaraciaba por ter erguido a cabeça e ter reconstruído, pois nunca sabemos quando a natureza vai mostrar a sua força. Mas que sirva de exemplo também para sabermos que temos que cuidar com carinho da natureza.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Com toda certeza, deputado Neodi Saretta, pessoas da sua região estiveram lá ajudando, porque foram centenas de municípios que ajudaram diretamente na reconstrução não somente em nível de Santa Catarina, como em nível de outros estados que enviaram equipamentos. Eu me lembro de uma equipe de psicólogos de São Paulo que lá estiveram voluntariamente fazendo diversas visitas às famílias atingidas, acompanhando-as, orientando-as para que pudessem, o mais rapidamente possível, recuperar a sua autoestima e tocar o trabalho para frente.

Mas gostaria também de fazer o registro, deputado Moacir Sopelsa, e v.exa. tem ajudado, como o deputado Neodi Saretta também e outros parlamentares, da aprovação do projeto de lei nesta Casa que irá indenizar pelos animais que foram mortos à época, seja o gado, o suíno ou as aves. Claro que são dois anos depois, mas o governo tomou a decisão, tem encaminhado e as famílias, com toda certeza, receberão essa indenização que é importantíssima para elas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, e parabéns pelo seu pronunciamento. Mesmo que tardia, a ajuda vem sempre em boa hora àquelas famílias que tiveram essa infelicidade.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde a todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, srs. deputados, sras. deputadas, sr. presidente, assomo hoje à tribuna com bastante preocupação porque estou vendo novamente na imprensa, nos últimos dias, deputado Kennedy Nunes, notícias sobre a Celesc.

Estivemos, há poucos dias, discutindo o problema da Casan e infelizmente, mais uma vez, a metade da nossa empresa está para ser vendida. Esperamos que haja uma reação e uma articulação dos nossos parlamentares para que isso não aconteça.

Seria lamentável Santa Catarina, por causa de R$ 240 milhões em cinco ou seis anos de contrapartida, parcelados, perder uma empresa que tem um valor ativo de R$ 1,5 bilhão, que tem uma perspectiva de investimento, já garantida nos próximos anos, de R$ 1,7 bilhão. E perder uma empresa por uma migalha, um negócio da China, como dizem alguns? E poderia ser um negócio do Brasil, deputado Silvio Dreveck.

Por incrível que pareça, deputado Silvio Dreveck, em 1994 - inclusive, entramos com uma ação popular, que está em julgamento na Justiça catarinense -, de um dia para o outro, numa mudança societária da SC Parcerias, a Celesc perdeu R$ 40 milhões, ou seja, sua participação acionária caiu de 35% para 16%. E nessa artimanha a Celesc perdeu em torno de R$ 40 milhões, porque perdeu um grande volume de ações.

Em 2008, na gestão do então presidente Eduardo Pinho Moreira, quando ele foi presidente da Celesc - e através de uma auditoria ficou definido que foi isso mesmo que aconteceu -, ele contratou uma assessoria jurídica de São Paulo para entrar com uma ação para ter de volta as ações da Celesc na SC Parcerias, e até hoje isso estranhamente não aconteceu. Então, lá a Celesc já perdeu, numa articulação, R$ 40 milhões, em 1994, valor este que nunca foi recuperado até hoje. E agora, infelizmente, há mais uma denúncia de mais R$ 50 milhões. Portanto, para mim há uma articulação nisso tudo, se de fato é o que se confirmou no Brasil durante esses anos todos.

Para justificar a venda de uma empresa pública, o que eles faziam antes? Sucateavam, criavam uma reação da sociedade contra essas empresas e depois ficava fácil vender, porque daí tinha o apoio da sociedade.

Não quero acreditar que isso esteja em curso com a Celesc e a Casan, mas, pelo que tudo indica e por tudo que tenho visto e acompanhado em páginas de jornais, parece que vai acontecer. E não estamos condenando ninguém aqui, mas isso precisa ser esclarecido.

Nós, parlamentares, e a sociedade catarinense precisamos ter segurança nessas questões. Vejam que R$ 51 milhões são uma Mega-Sena acumulada várias vezes. Portanto, não é qualquer recurso! É dinheiro de uma empresa que ainda, em grande parte, é dos catarinenses. Então, precisa ser selada, justificada e respondida essa questão.

Na época, entramos com uma ação popular nessa articulação que fez a Celesc perder ações na SC Parcerias. E infelizmente até hoje isso não foi esclarecido ainda. E agora, mais uma vez, vemos essas informações que vêm pela imprensa afora.

Não estou condenando ninguém. Agora, o Judiciário catarinense, o Tribunal de Contas e esta Casa precisam atuar. Não é possível que isso ocorra em Santa Catarina sem que ninguém seja responsabilizado por isso. Não é possível que se faça tudo isso no nosso estado.

Na semana que vem não haverá sessão e, infelizmente, vamos chegar, deputado Sargento Amauri Soares, no dito dia 20 de setembro - e poderemos marcar isso na história do calendário desta Casa e dos catarinenses - com uma pressão violenta para aprovar a venda de 49% das ações da Casan. Espero que até lá consigamos ainda discutir aquele famoso art. 5º da lei, que trata da venda das ações da Casan, que dá autonomia plena para o chamado sócio prioritário, que já poderia ser chamado de sócio especulativo.

Estive conversando ontem, deputado Moacir Sopelsa, com o pessoal de Blumenau e

soube que após a privatização a água naquele município praticamente dobrou de preço. Alguns já comentam sobre a tal Odebrecht, não sei se isso de fato existe, mas já há um comentário forte de que existe alguém se preparando para assumir a Casan.

Esperamos que até o dia 20 consigamos dialogar para mudar o rumo da venda dessas ações, porque, na minha avaliação, não se trata da simples venda, a arte do negócio está no art. 5º. Se esse artigo for retirado, não sei se alguém se interessará pelas ações, porque perderá os poderes e o direito de dirigir a empresa. E aí, nos pequenos municípios, os investidores, que só querem ganhar muito dinheiro, não vão mais querer investir.

Um exemplo claro disso é a telefonia. Por que não há boa telefonia no interior do estado, nos distritos, nas comunidades? Porque não dá lucro! Isso mostra que serviço público tem que ser prestado pelo estado, que não visa ao lucro, mas bem atender à população. Essa é a diferença.

Por isso vamos lutar muito para não entregar esse patrimônio público por uma bagatela. Os R$ 240 milhões que as empresas vão investir em cinco ou seis anos, já no segundo retornarão limpos, porque vão aumentar o preço do serviço de água, vão ter grande lucro. Além disso, o dinheiro do lucro da empresa pagará a contrapartida, o que deveria ser um papel do estado.

Nesse sentido, queremos chamar a atenção da sociedade catarinense e desta Casa, no sentido de que mais uma vez o patrimônio público está sendo entregue, como aconteceu com a Vale do Rio Doce, com a Usiminas, com o setor energético e com o setor de telefonia no país. Em Santa Catarina perdemos o Besc e estamos arriscados a perder mais uma empresa pública.

A sociedade catarinense precisa reagir e esta Casa também!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores de Sombrio, minha cidade: José Francisco Possamai, Paulo Humberto Borges e Isaqueu Borges, acompanhados de lideranças e jornalistas, a quem agradeço.

Hoje haverá o lançamento da Frente Parlamentar da Interpraias, que acontecerá na sala de imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Não havendo deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, a secretaria de estado da Fazenda registra dois recordes de arrecadação. Primeiro, o Revigorar 3, que esta Casa discutiu e aprovou inclusive com uma emenda para que esses recursos fossem destinados exclusivamente para a Saúde, tirando os 25% dos municípios. O Revigorar 3 antecipou a meta prevista para o final de ano, com a arrecadação de R$ 134 milhões em um mês, no mês de agosto. E a receita de agosto do estado também superou em 23% aquela do mesmo período de 2010. Comparando a arrecadação do estado de agosto de 2010 e a de agosto de 2011, agora em agosto de 2011 a receita do estado também superou em 23% a receita de agosto de 2010.

O mais importante a destacar é essa boa notícia, porque debatemos e criamos todas as facilidades para que o Revigorar 3 fosse apreciado com rapidez por esta Casa e que pudesse ser agilizado todo o processo do início da arrecadação. O mês de agosto, que foi o primeiro mês, já garantiu uma arrecadação de R$ 134 milhões.

O governo do estado estava contando com uma arrecadação nesse valor, ou um pouco mais do que isso, até o final do ano, até dezembro. Portanto, já ficou antecipada.

Agora, o que eu quero falar, e que me preocupa, é que se por um lado temos essa notícia auspiciosa, essa notícia boa, essa notícia bem-vinda de uma arrecadação já excelente através do Revigorar 3 para a nossa saúde, por outro lado há uma manifestação do secretário-adjunto da Fazenda, Almir Gorges, que diz:

(Passa a ler.)

"Esse desempenho alivia o caixa do Estado, que chegou a indicar o risco de um déficit de até R$ 200 milhões em dezembro."

Estamos percorrendo o estado com as audiências públicas da Saúde e com o Fórum dos Pequenos Hospitais levantando toda a situação. Foi o que fizemos em São Miguel d'Oeste, em Ituporanga e em Araranguá, e é o que faremos em Chapecó e, com certeza, no planalto norte. E todos os hospitais estão ávidos, contando com o Revigorar 3 para que ainda neste ano possam receber um alívio, um apoio principalmente de custeio. Todos nós - e o governo do estado também concorda - concordamos que recursos de investimento não se discute, que o estado tenha recursos para investir na saúde e nos hospitais - ampliação, reforma e compra de equipamentos - é ponto pacífico. Mas o problema principal que estamos vivendo, hoje, é o de custeio. Em menos de um mês, acredito, estaremos com as audiências concluídas e poderemos apresentar uma proposta ao governo do estado.

Para o ano que vem, talvez possamos começar a sonhar com a Emenda Constitucional n. 29. O assunto está ganhando corpo no Senado e na Câmara dos Deputados, e o governo federal está, de alguma forma, manifestando-se. Não sei se no final vamos ter que criar uma nova contribuição, não sei se será taxando mais as remessas de lucro para o exterior, não sei se será sobretaxando mais ainda os impostos sobre do álcool e o fumo. Há quem proponha que se legalizem os cassinos no Brasil, o que acho que não é o caminho, para trazer mais recursos para a saúde. Mas o importante é que está na pauta da Ordem do Dia a Emenda Constitucional n. 29, cuja regulamentação é vital para o financiamento da saúde. Inclusive, estabelecendo que a união entre com 10% da arrecadação de impostos, como o estado tem que entrar com 12% e os municípios com 15%. Mas este ano não será possível usufruir dos eventuais benefícios dessa emenda e da correção da defasagem da tabela do SUS.

Portanto, estamos contando com o Revigorar 3. E a preocupação é que mais adiante o secretário diz:

(Passa a ler.)

"A questão agora é dar ainda mais ritmo à execução de obras e serviços. Esta semana mesmo a secretaria da Fazenda deu novos alertas para que a execução orçamentária seja acelerada de forma a cumprir as exigências legais de aplicação de recursos em saúde e educação, por exemplo."

A preocupação é porque houve um compromisso de que esses recursos do Revigorar 3 serão recursos extraordinários para a saúde, não entrarão no cômputo dos 12%. Pode ser que o staff da secretaria da Fazenda esteja contando com esses recursos não para a saúde, mas para acelerar outros projetos, outras obras.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente, quero parabenizá-lo pela iniciativa do tema que ora aborda neste Parlamento. Mas acredito que não estamos nesta Casa de brincadeira, até porque, quando se votou o Revigorar 3, houve um comprometimento do governo do estado para que todo recurso arrecadado fosse destinado ao Fundo Saúde. Depois, as áreas às quais serão distribuídos é o passo seguinte para voltarmos a conversar. E dentre essas áreas estão as cirurgias eletivas e também, fruto do trabalho que estamos fazendo em todo o estado de Santa Catarina, uma alternativa para viabilizarmos os hospitais dos pequenos municípios. Porque esse problema vai demandar muito mais recursos do que o estado imagina, se acaso os hospitais vierem a fechar as suas portas.

Isso nos preocupa bastante e estamos percorrendo o estado inteiro - e v.exa. nos acompanha através do Fórum dos Hospitais dos Pequenos Municípios - com esse propósito de encontrar uma alternativa. Só que essa alternativa esbarra no financeiro e o financeiro, no meu modesto ponto de vista, já estava assegurado no momento em que discutimos nesta Casa o Revigorar 3. Eu acredito que o que foi acordado será cumprido.

Mas o tema é de extrema importância e cabe-nos agora prestar atenção ao passo seguinte, ou seja, o que vai acontecer com o dinheiro arrecadado.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal, pelo seu aparte que reforça o que estou manifestando.

Vamos ficar vigilantes junto ao secretário estadual e ao sr. governador para que, de fato, possamos cumprir esse compromisso. Até porque, deputado Mauro de Nadal, tenho em mãos uma evolução dos gastos em saúde neste primeiro semestre.

Em junho de 2010 o estado havia aplicado 11,81% em saúde; neste ano, no mesmo período, o estado aplicou apenas 9,64%. Portanto, dos 12% da arrecadação de impostos que o estado tem que aplicar em saúde, até agora aplicou apenas 9,64%. Está mais de 1,5% abaixo de 2010. E refiro-me aos recursos que naturalmente têm que fazer parte dos 12%. Agora, além dessa meta dos 12%, que é uma obrigação do estado, ainda é preciso aplicar de forma suplementar, extraordinariamente, os recursos arrecadados através do Revigorar 3. É isso que estamos esperando que o estado faça!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, já que v.exa. me concedeu a palavra, pois não tinha a intenção de usar a tribuna hoje, quero, em primeiro lugar, cumprimentar todos os parlamentares, o público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria de dizer, sr. presidente, que na última sessão fiz um questionamento sobre um acidente que ocorreu no último final de semana na BR-470, mais precisamente no KM 37, no trevo de acesso da BR-470, no município de Gaspar, quando tive a oportunidade de questionar justamente a importância da implantação de algum sistema, uma rotatória ou uma lombada eletrônica para evitar que aconteçam acidentes como o do último final de semana, quando uma *van* estava deslocando-se para o litoral e acabou colidindo de frente com um caminhão, na tentativa de desviar de outro carro que estava cortando a pista, deixando como vítimas fatais algumas crianças e uma professora.

Para exigir que o DNIT tome alguma providência, hoje, antes do início desta sessão, tanto eu quanto o deputado Ismael dos Santos, tivemos a oportunidade de participar de uma reunião com o superintendente do DNIT, sr. João José, para cobrar uma posição, perguntar como está, exatamente, o cronograma de duplicação da BR-470 e questionar a melhoria daquele trevo antes da duplicação, porque, em nosso entendimento, tanto meu quanto do deputado Ismael dos Santos, não podemos aguardar a duplicação da BR-470 para fazer alguma coisa naquele trevo em direção ao município de Gaspar. E o próprio superintendente do DNIT, sr. João José, deputado Mauro de Nadal - v.exa. que havia me questionado no pronunciamento passado sobre essa situação e falado dos problemas de toda a BR-470 -, assumiu o compromisso de implantar lombadas eletrônicas naquele trecho, mas explicando o problema burocrático que isso gera e afirmando que vai conseguir implantar, em 30 dias ou 60 dias, alguns desses redutores de velocidade. O superintendente do DNIT também assumiu o compromisso de, no KM 37, tanto antes do trevo de acesso a Gaspar, como depois, colocar uma lombada eletrônica em cada sentido para reduzir a velocidade, prevenir a imprudência dos motoristas e garantir mais segurança para quem tem que acessar aquele trevo não apenas nos horários de pico, mas em todos os horários.

Espero que isso aconteça porque não temos mais como esperar pela duplicação da BR-470 para resolver alguns pontos críticos. E não é apenas no trevo de Gaspar, pois se analisarmos outros acessos, como, por exemplo, em Blumenau, no Badenfurt, onde antigamente existia uma lombada eletrônica e hoje está desativada, também em Rio do Sul e em outros locais, há necessidade iminente, enquanto não for duplicada a BR-470, da implantação desses equipamentos de segurança.

Quero agradecer ao superintendente do DNIT, João José, pelo pronto atendimento, pela forma rápida como nos atendeu e deu resposta. Mas espero que ele supere a questão burocrática, a papelada, esse mundo de documentos para implantar os redutores de velocidade, que são fundamentais. Ou colocamos lá uma rótula ou, no mínimo, implantamos lombadas eletrônicas para garantir que não aconteçam mais acidentes como presenciamos no último final de semana. Esse é um pedido desta Casa, é um pedido dos deputados, e tenho certeza de que é importante para todos nós.

Gostaria de cobrar não apenas do governo federal, mas também do governo do estado.

Há alguns dias o governador Raimundo Colombo tinha um compromisso no município de Ascurra para assinar uma ordem de serviço, fazer uma melhoria na praça central, vistoriar uma obra que está sendo feita num posto de saúde que vai atender a toda a comunidade. Depois, o governador foi até o município de Timbó de avião, do aeroporto Quero-Quero, em Blumenau. E tive a oportunidade de, quando o governador desembarcou, de questioná-lo, já que estava ao meu lado e também alguns agentes da Polícia Rodoviária Estadual sobre o caso da SC-474, uma rodovia que liga Blumenau, pela Vila Itoupava, a Massaranduba, onde hoje existe uma lombada eletrônica que está colocada na divisa de Massaranduba com Blumenau.

Deputado Edison Andrino, aquela lombada foi colocada no passado não com intuito de evitar acidentes, mas, sim, com o intuito de arrecadação, porque ela está numa reta. Mas as pessoas da região estão exigindo que a lombada eletrônica seja colocada também no trevo de acesso ao município de Luis Alves, para garantir mais segurança de quem lá passa. Na última semana um amigo meu faleceu no trevo de Luis Alves. Tenho certeza de que a lombada eletrônica também deve ser colocada lá e não em retas, como foi feito recentemente no trevo da Vila Itoupava.

Então, o que queremos, efetivamente, é que tanto o governo do estado quanto o DNIT, quando definirem os locais a serem colocadas lombadas eletrônicas, não se preocupem com a questão da arrecadação, mas, srs. parlamentares, com a questão da segurança de quem transita numa rodovia. É assim que temos que trabalhar! A lombada eletrônica tem que servir como um instrumento para diminuir acidentes e não como instrumento de arrecadação dos cofres federais e estaduais.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, permita-me um minutinho, pois quero fazer duas observações, já que v.exa. citou o DNIT.

Estamos protocolando uma moção nesta Casa porque vergonhosamente a Polícia Rodoviária Federal está fechando um posto em São Francisco do Sul, e v.exa. deve ter tomado conhecimento. Não podemos permitir que, pela incompetência do governo federal, a nossa BR-280 fique sem a segurança da Polícia Rodoviária Federal.

Deputado Jean Kuhlmann, quero dizer que o governador Raimundo Colombo recebeu, na última segunda-feira, uma comitiva da Ajorpeme - Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa - para um almoço na Casa d'Agronômica, ocasião em que liberou R$ 6 milhões para que a Ajorpeme possa ter a infraestrutura de um condomínio empresarial, fato sem precedentes em Santa Catarina e no Brasil.

Esse condomínio vai alojar 132 microempresas em Joinville, vai ser dotado de estrutura de segurança, de logística e de estrutura bancária para atender a essas micro e pequenas empresas que vão ser instaladas numa das regiões de IDH mais baixo da nossa cidade, o Paranaguamirim. Portanto, o governador Raimundo Colombo está ratificando o seu compromisso com as micro e pequenas empresas de Santa Catarina, porque às vezes estendemos o tapete vermelho, damos benefícios fiscais para as grandes empresas, deputado Reno Caramori, e esquecemos as micro e pequenas empresas do nosso estado, e são elas que efetivamente aquecem a nossa economia e geram emprego no estado e no país.

Portanto, quero parabenizar o governador Raimundo Colombo e seus assessores pela formatação desse projeto.

O governador também anunciou, na última semana, em conjunto com Nelson Santiago, que dirige o Badesc e que é da sua terra, deputado Jean Kuhlmann, o Programa Juro Zero, que vai beneficiar milhares de empreendedores individuais de Santa Catarina.

Parabéns ao governo e parabéns aos empreendedores individuais e às microempresas do nosso estado, que estão sendo contemplados pelo nosso governo!

Muito obrigado, deputado Jean Kuhlamnn.

O SR . DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Deputado Darci de Matos, quero aproveitar a sua fala para a melhoria do segundo tempo do meu pronunciamento e agradecer ao governador Raimundo Colombo por ter liberado recursos para Blumenau. São R$ 500 mil, deputados Darci de Matos e Ismael dos Santos, para a conclusão da sede da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau, a Ampe, sendo que o governador Luiz Henrique da Silveira, já havia iniciado a construção de um espaço para o treinamento dessas empresas que sofrem muito com a questão da mortalidade das empresas. Então, o atual governador liberou R$ 500 mil para concluir uma obra que com certeza vai beneficiar muito a nossa cidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, sras. deputadas, srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde desta terça-feira, que antecede o dia 7 de setembro, dia da Independência do Brasil, para tecer alguns comentários. Antes, porém, gostaria de registrar com satisfação que recebi em meu gabinete e no plenário desta Casa o representante do projeto Criciúma Criança e as assistentes sociais Rosane Búrigo Gonçalves, Jane Silvia Santos e também a dra. Mariana Smith, esposa do dr. Thiago, pediatra com especialização em Oncologia no Hospital São José, de Criciúma, deputado Dóia Guglielmi, que tem acompanhado também esse projeto.

O projeto Criciúma Criança consiste basicamente em uma instituição filantrópica que tem a participação de vários voluntários, de várias especialidades, compreendendo hoje uma monta de aproximadamente 25 pacientes que faziam o percurso de Criciúma a Florianópolis, até o Hospital Joana de Gusmão, crianças com oito meses, dois anos de idade, com um grau de vulnerabilidade muito grande em função do trânsito, dos riscos de acidente, vomitando na estrada, enfim, para receber cinco minutos de radioterapia e depois voltar a Criciúma para no dia seguinte refazer novamente esse percurso e assim sucessivamente. Mas graças ao espírito e à

capacidade dos voluntários, desses abnegados, dessas pessoas que compreenderam esse chamamento desta casa que já funciona próximo ao Hospital São José, de Criciúma... E já há também o entendimento e a disponibilidade do Hospital Santa Catarina, com o objetivo de fazer com que se constitua em Criciúma uma fundação, a exemplo do Joana de Gusmão, que se torne referência não apenas em Santa Catarina, mas em nível de sul do Brasil.

Estivemos na Inspetoria da Receita Federal, em uma audiência, às 14h, na tarde de hoje, reivindicando pedido de veículos e de outros assessórios para que a entidade possa então ser mantida e dar tranquilidade e comodidade àqueles pacientes que por lá tramitam, principalmente numa situação crítica, quando chega a fase final do câncer. Inclusive, escutei de uma das assistentes sociais um relato a respeito de uma criança que morava em Lauro Müller. Essa é uma casa de hospedagem, onde é possível ficar durante a semana. E uma das crianças que faz tratamento lá não quis voltar para casa no fim de semana, porque o sonho dela era ir ao cinema. Então, levaram-na ao cinema. E no dia seguinte ela faleceu. Essa criança já estava realmente na fase final.

Nobres pares, penso que isso é dar um pouco de conforto e de dignidade a essas pessoas. Por isso, temos que enaltecer, parabenizar e apoiar esse tipo de iniciativa que não tem caráter partidário. O único caráter disso é social, é o espírito de voluntariado, é atender ao ser humano como pessoa. E quero parabenizar todas essas pessoas, todos os participantes, os empresários, aqueles que se doam.

Acredito que a sociedade participa desse tipo de projeto quando ela vê que ele é construído dentro de uma plataforma idônea, com pessoas de bem, com pessoas que têm o prazer e a satisfação de participar e de se doar. Por isso, esse espírito de voluntariado, dessas pessoas abnegadas, precisa ser sempre enaltecido, aplaudido e respaldado.

Quero, sr. presidente, também no uso desse espaço que tenho do meu partido fazer um convite aos srs. parlamentares catarinenses, gaúchos, paranaenses e à Frente Parlamentar Catarinense em Defesa do Carvão Mineral. Teremos, nos próximos dias 13 e 14, capitaneados pelo senador Paulo Paim, no Congresso Nacional, um seminário com a representação política desses três estados, com as entidades organizadas, para que o governo federal possibilite a participação da geração de energia a partir do carvão, dos leilões da Eletrobras, no leilão A-5, que vai ocorrer no mês de novembro.

No dia 2 de setembro próximo passado, esteve na feira de Esteio, no Rio Grande do Sul, o governador Raimundo Colombo, juntamente com Tasso Genro, onde entregaram em mãos à presidente da República, Dilma Rousseff, o encaminhamento das audiências públicas feitas em Candiota, no Rio Grande do Sul, em Bagé, também na Assembléia Legislativa do nosso estado e na do Rio Grande do Sul.

Essas audiências foram capitaneadas pelo presidente da comissão, Valdeci de Oliveira, e nesta Casa por esse que vos fala, juntamente com o deputado Edinho Bez e a Bancada Federal Catarinense, sendo ele o presidente da Bancada Federal. Tivemos a participação também da Fiep, do Paraná, da Fiergs, do Rio Grande do Sul, e da Fiesc, de Santa Catarina.

Penso que seria um momento importante, até mesmo em função da reserva medida hoje nesses três estados, que ultrapassa a soma de 32 bilhões de toneladas, que poderiam com muita tranquilidade gerar 4.000 ou 5.000mw de energia. Ora, isso seria autossuficiente, seria a condição de poder, não apenas de autossuficiência, exportar energia para outros estados e até mesmo para fora do Brasil, como o país vem fazendo com relação ao Uruguai.

Vejo uma participação efetiva da nossa bancada federal catarinense, com os nossos senadores envolvidos nesse projeto. E os governos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, juntamente com o governo do Paraná, com certeza sensibilizarão a presidente Dilma Rousseff, no sentido de inserir na cesta de fontes alternativas de geração de energias renováveis e não renováveis o carvão, um produto nosso.

Tenho dito e ouvido dos gaúchos que o carvão é o pré-sal catarinense e gaúcho, que está em nosso domínio, em nosso subsolo, que não precisamos dividir esses impostos com nenhum estado da federação. O que precisamos é de uma política específica, direcionada, porque existem tecnologia, recomendações e sustentabilidade nas questões ambientais e nas questões do social.

A Fundação Getúlio Vargas demonstra, através do seu estudo, que para cada mineiro empregado nessas minas são oito empregos indiretos. E com a participação do carvão nos leilões da Eletrobras, teríamos um investimento de, pelo menos, oito bilhões de dólares nesses dois estados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou utilizar o horário do PSDB no dia de hoje para fazer uma citação muito especial a um dos brilhantes policiais da nossa gloriosa Polícia Militar de Santa Catarina.

Vemos muita crítica, vemos falar muito dos policiais que cometem erros, que cometem deslizes pelo Brasil afora. Mas muito pouco se houve falar dos policiais militares que arriscam suas vidas para o bem da comunidade ou para a defesa da nossa comunidade. E entendendo que deveríamos prestigiar esses atos de bravura, essas iniciativas em que cidadão que trabalha dentro de uma corporação da Polícia Militar, que tem família como nós, que tem filhos como nós, que tem responsabilidades, arrisca sua própria vida muitas vezes fora do seu expediente de trabalho para fazer a defesa da nossa comunidade.

Por isso, sr. presidente, gostaria de, na tarde de hoje, fazer a entrega de uma menção honrosa a um soldado da Polícia Militar, Flávio Fuscolin Klettemberg, de 29 anos, que é soldado desse efetivo desde 2006, motivado e incentivado pelo tio, sargento Neto, que neste momento também se encontra nesta Casa, comandante de guarnição do PPT de Joinville. Eles estão acompanhados do subtenente Álvaro.

O soldado Flávio ingressou no curso para formação de soldados em Florianópolis. Nos primeiros dois anos prestou serviços no município de Itapoá, e em Joinville atuou na 4ª Companhia, na 2ª Companhia e agora integra a equipe da Força-Tarefa de combate ao tráfico de drogas do 8º Batalhão da Polícia Militar. É filho de José e de Ivone, mora na zona sul de Joinville e vem se destacando nas ocorrências policias mesmo em horário de folga.

Quando atuava em Itapoá trocou tiros com assaltantes no seu horário de folga. Em Joinville, em 2009, dois homens estavam assaltando uma farmácia quando o soldado Klettemberg abordou esses elementos em horário de folga. Trocou tiros e perseguiu os elementos, acabando por prendê-los, colocando em risco a sua própria vida. Foram eles que se refugiaram em uma residência.

O soldado vem pontuando as suas ações como um dos maiores exemplos da Polícia Militar de Santa Catarina. Então, peço a gentileza para mostrarmos apenas um dos tantos fatos que ocorreram em que o protagonista foi o soldado, trabalhando, mesmo em horário de folga, para defender a sua comunidade. Gostaria que passassem pelo menos uma dessas ocorrências.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Essa é apenas uma das ocorrências em que participou o soldado Fábio Klettemberg, de 29 anos. Motivo de respeito e de orgulho para todos nós ter um policial desse quilate dentro da corporação da Polícia Militar de Santa Catarina. E não vi outra forma de fazer com que esse rapaz tivesse o reconhecimento público a não ser fazendo aqui, através da Assembleia Legislativa, uma indicação para que ele recebesse a menção honrosa.

Confeccionamos uma placa, que tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Menção honrosa ao soldado da Polícia Militar Fábio Fuscolim Klettemberg, pelo ato de bravura em ocorrência, na cidade de Joinville, demonstrando sua brilhante atuação no desempenho das suas funções como policial.

'O medo é a arma dos fracos, como a bravura, a dos fortes.' Marquês de Maricá.

Deputado Nilson Gonçalves

Proponente"

Isso nós vamos entregar ao soldado, para que ele guarde como um troféu da sua vida profissional e também para que tenha a certeza de que a comunidade joinvilense de Santa Catarina o respeita e admira pelos atos de bravura praticados na cidade de Joinville.

Sr. presidente, peço a v.exa., se for possível, a suspensão da sessão por dois minutos, para que possa convidar o soldado a vir ao plenário a fim de lhe entregar essa pequena homenagem.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Nilson Gonçalves, vamos atender ao seu pleito, com a concordância dos srs. deputados, porque é uma homenagem justa.

Na próxima semana não teremos sessão devido ao Orçamento Regionalizado. E com a compreensão de todos os deputados, suspendemos a sessão por dois minutos, para que v.exa. possa entregar a placa de honraria ao nosso militar.

Está suspensa a sessão por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Peço ao deputado Nilson Gonçalves que presida a sessão por alguns minutos, pois gostaria de usar uma parte do horário do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado

aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Também quero mais uma vez, deputado, cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo.

Esse é o trabalho da nossa Polícia Militar de Santa Catarina. E sempre tenho dito que o trabalho que a nossa Polícia Militar faz temos que ter o maior reconhecimento, pois o policial sabe a hora que sai de casa, mas não sabe a hora que volta e também de que forma volta. Por isso, parabéns por essa homenagem justa que v.exa. faz.

Quero cumprimentar os srs. deputados, as sras. deputadas e cumprimentar toda a imprensa.

Eu gostaria, deputado Nilson Gonçalves, ao mesmo tempo em que homenageamos e reconhecemos o trabalho da nossa Polícia Militar, de falar sobre a questão dos bombeiros militares e dos bombeiros voluntários.

V.Exa. possui em Joinville, como temos em Concórdia, os bombeiros voluntários há 50 anos. E continuamos ainda, deputado Mauro de Nadal, com essa divisão e com essa tendência de que bombeiro precisa ser militar, de que bombeiro não pode ser voluntário.

Quero deixar registrado que essa semana que passou vi com muita tristeza, lá em Concórdia, e quero isentar o prefeito municipal, sr. João Girardi, que recebeu, deputada Angela Albino, dos bombeiros voluntários, e também não quero fazer juízo do poder de cada corporação, tenho que respeitar o poder de cada corporação, mas acho uma injustiça que se instale, deputado Elizeu Mattos, o bombeiro militar em Concórdia, deputado Narciso Parisotto, v.exa. que é filho também daquele município, apenas para fazer a fiscalização das obras e dar os alvarás às construções, esquecendo os mais de 50 anos que os bombeiros voluntários prestam serviço e que é nessa atividade que conseguem algum recurso para manter a corporação.

É um trabalho digno, um trabalho que ninguém tem condições de colocar reparos, um trabalho que não tem hora, que não tem dificuldade. E sabemos o quanto vale o trabalho do Corpo de Bombeiros, quando precisamos, quando acontece alguma coisa que o bombeiro precisa ser chamado.

O motivo do meu pronunciamento aqui é que possamos encontrar uma solução. E aí temos que achar a legalidade, e não discuto a legalidade, mas discuto a valorização que tem o bombeiro militar, sim, mas que tem muito também o bombeiro voluntário. E lá em Concórdia vamo-nos dedicar para fazer tudo que pudermos. Tenho certeza de que podemos contar com os srs. deputados e com as sras. deputadas para preservar aqueles que cuidaram da nossa vida por mais de meio século, que prestaram um trabalho e que estão em Santa Catarina, como estão em Joinville, há mais de 100 anos, fazendo o seu trabalho, prestando o seu serviço com competência, com lealdade e, acima de tudo, com muito espírito de luta, com espírito de humildade, procurando cuidar e tratar de todas as pessoas.

Até podemos, quem sabe, numa parceria, legalizar a questão dos certificados, a questão das licenças que precisam ser dadas para as construções, fazer isso em parceria com os bombeiros militares. Mas não apenas, deputado Edison Andrino, achar que agora, depois de todos esses anos que prestam serviço em Concórdia, podemos esquecê-los e dar o filão de resultado positivo para o Bombeiro Militar.

Sei que v.exa., deputado Darci de Matos, conhece muito a questão dos bombeiros voluntários. E quero repetir que o exemplo é a cidade que v.exa. mora, o município de Joinville. Perdemos no tempo, porque Joinville tem mais de 100 anos, mas não perdemos na qualidade, não perdemos no trabalho que fazem os bombeiros voluntários no município de Concórdia.

Por isso, deputado Reno Caramori, v.exa. que também conhece as atividades dos bombeiros voluntários, deixo, aqui, nesta tarde, esse registro de que nunca vou aceitar que sejam substituídos os bombeiros voluntários nos municípios onde estão instalados.

Os bombeiros militares que procurem se instalar onde não existem corporações de bombeiros, que vão dar segurança onde não temos segurança. Agora, nos municípios em que por mais de cinco ou seis décadas os bombeiros prestam serviço, não posso admitir que agora venha o bombeiro militar querer conveniar com a prefeitura para tirar os recursos que sustentam os bombeiros voluntários, que têm um trabalho de transparência, de dignidade, de humildade e que colocam, acima de tudo, as suas vidas para preservar a vida das pessoas.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, não vou, aqui, dizer que não vou parabenizá-lo pela sua fala. O que seria até uma indecência minha pelo que sei o quanto o senhor luta pelos Bombeiros Voluntários.

V.Exa. está justamente transmitindo a Santa Catarina, para as pessoas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, a sua opinião com conhecimento de causa. O senhor conhece o trabalho dos bombeiros voluntários. Em absoluto, nunca vamos ser contra os bombeiros militares nem contra os bombeiros comunitários. Queremos que todos cresçam dentro de um processo legal e de direito.

Agora, o trabalho que os bombeiros voluntários exercem em Santa Catarina é muito importante. V.Exa. é da cidade de Concórdia, onde existe uma das corporações mais atuantes do estado, como temos em Caçador, em Joinville, em Araranguá e até em Arabutã, ali do ladinho, pequenininho, e que tem o bombeiro como exemplo.

Por isso, deputado Moacir Sopelsa, quero cumprimentá-lo. Realmente, é muito importante que o governo se alerte para isso, que deixe os bombeiros voluntários atuarem onde eles estão estabelecidos, sim. E onde não tem que demos oportunidade para os militares e os comunitários instalarem suas corporações. Como precisamos também que o governo nos dê condições de criarmos mais unidades de bombeiros voluntários também onde não tem.

Acho que essa irmanada, essa tripartite, deve existir para que possamos socorrer o povo. O povo é que precisa disso, é a nossa sociedade.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, o seu pronunciamento é no sentido de que o bombeiro militar procurou a prefeitura de Concórdia para fazer convênio, sendo que existe lá o bombeiro voluntário?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Exatamente!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Moacir Sopelsa, isso é um absurdo, é uma brincadeira de mau gosto! Aliás, existe uma briga desnecessária, deputado Edison Andrino, dos bombeiros militares com os bombeiros voluntários e com os bombeiros comunitários. Mas precisamos das três corporações.

Os bombeiros militares têm que procurar fazer convênios e se instalar nos 170 municípios do estado que não têm nenhum bombeiro. Agora, querer atuar, deputado Nilson Gonçalves, nos municípios em que já existe um trabalho há décadas pelos bombeiros voluntários consistentes, reconhecidos pela comunidade, é um absurdo! V.Exa. está com razão. Não podemos permitir que isso aconteça. Nós queremos que cada um cumpra com a sua tarefa na região, no município onde eles estão instalados. E que os bombeiros militares procurem se instalar nos 170 municípios que ainda não têm bombeiros de espécie alguma. Enfim, o que está acontecendo em Concórdia é um absurdo. Eu estou perplexo.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Exatamente, deputado Darci de Matos. Eu agradeço a v.exa. o seu aparte.

Srs. deputados Manoel Mota, Darci de Matos e Reno Caramori, não tenho nada contra o bombeiro militar, mas entendo que é uma questão de respeito a uma corporação que tem mais de 50 anos no município de Concórdia, que sempre atendeu, que sempre serviu, que agora se vê impedida de trabalhar por essa corporação que vai para lá para firmar convênio com a prefeitura, a fim de buscar recursos. Esses recursos podem ser procurados de outra forma. Que se dê apoio aos voluntários, que eles sejam respeitados.

Eu respeito os bombeiros militares, pois entendo que têm um papel importantíssimo na sociedade, mas que seja dado o devido respeito àqueles que trabalharam durante todos esses anos no município de Concórdia.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eminente deputado Moacir Sopelsa, quero cumprimentar v.exa., aniversariante no dia de hoje, bem como o meu amigo, deputado Elizeu Mattos, e a nossa amiga, deputada Dirce Heiderscheidt. É a bancada do PMDB, com o seu tamanho, que pode ter três aniversariantes no mesmo dia.

Por isso quero pedir ao Parlamento que a sessão seja suspensa por dez minutos, para que todos possam dar parabéns e comer um pedacinho de bolo dos colegas aniversariantes do PMDB, que nos têm orgulhado pelo seu trabalho neste Parlamento catarinense.

Podem ter certeza de que é um dia memorável, inesquecível. Não fizemos isso para nenhum outro deputado, nem no meu aniversário, porque era apenas um aniversariante, mas três têm que fazer uma festa, nesta Casa, com bolinho.

Então, queremos convidar todos para comemorar o aniversário de três figuras ímpares, e se o nobre presidente pudesse suspender a sessão por dez minutos para que os funcionários pudessem comemorar, seria uma honra para nós.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Quero agradecer a todos os deputados, em nome de nós três aniversariantes. É claro que se tivermos o privilégio de poder receber todos aqui, na sala de imprensa, e oferecer o nosso...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Moacir Sopelsa, em nome da Mesa Diretora, nossos parabéns a v.exa. e aos demais aniversariantes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, acompanhamos desta tribuna, na manhã de hoje, manifestações de diversos deputados acerca da preocupação com a segurança pública. Inclusive, temo-nos sentido constrangido porque de todas as cidades, de todas as regiões do estado, aparecem solicitações de audiências públicas para debater a segurança e o que a população pede é mais efetivo.

Até nos sentimos de certa forma impotentes, porque não dá para fazer milagres em segurança pública, mas as pessoas da sociedade querem milagres. Não dá para recompor um efetivo defasado em dez mil servidores em apenas um ano, mesmo com a maior boa vontade que um governador do estado tenha. Ficamos durante muito tempo sem contratar efetivo para a Polícia Militar, assim como para o Corpo de Bombeiros, para a Polícia Civil e para o sistema prisional, de forma que a recuperação dos últimos anos tem sido insuficiente, inclusive, para repor o efetivo que está indo para a reserva, que se está aposentando, em virtude de na década de 90 não ter entrado praticamente ninguém nas instituições de segurança do estado de Santa Catarina.

É preciso mais investimentos para que se possa melhorar a segurança pública que vem piorando há cerca de 20 anos. Há dez anos, quando falávamos que a segurança pública ia piorar no estado de Santa Catarina, infelizmente parece que entendiam que estávamos falando isso porque tínhamos criado uma associação, a Aprasc, e queríamos fazer críticas e oposição ao comando, ao governo, a quem quer que seja. Agora a sociedade está sentindo aquilo que falávamos há dez anos, que se não houvesse mais investimentos, se não acontecessem mudanças substanciais naquele período, a segurança pública pioraria, e continua piorando, deputado Edison Andrino. É preciso que medidas urgentes e corretas sejam tomadas para melhorar a segurança pública.

O processo de precarização das últimas décadas tem levado a uma situação de caos. É preciso contratar, sim, mais efetivo, mas isso não se faz, como já falei, de um ano para outro. Antes disso, inclusive, e não menos importante, é a valorização do efetivo atual. Temos na Segurança Pública, neste momento, o pior piso salarial entre todos os servidores do estado de Santa Catarina. É constrangido que falo que o pior piso, entre os servidores públicos estaduais, é o da Segurança Pública, desde o mês de julho último. Portanto, é preciso rever essa questão com urgência.

Temos soldados com 25 anos de serviço, e existem três mil vagas de cabo e de terceiro-sargento "devolutas", como se dizia antigamente em minha cidade natal, ou seja, sobrando. Então, as vagas estão sobrando, e há soldados com 25 anos de serviço por falta de iniciativa político-administrativa de quem tem governado o estado nos últimos anos. Se medidas foram tomadas, e foram tomadas, elas têm sido absolutamente insuficientes, muito pontuais e não têm resolvido minimamente o problema.

O regulamento disciplinar é draconiano e as promoções e recompensas são presentes, ou seja, são um prêmio. E vimos agora o deputado Nilson Gonçalves homenagear o soldado Fábio, que merecia promoção por ato de bravura e não ganhou. Então, o referido deputado, indignado com isso, chamou-o aqui. Mas continua o processo de precarização.

Recebi hoje um grupo de bombeiros, de guardas civis, que recebem R$ 75,00 por dia durante o verão, o pré-verão, para fazer segurança nas praias catarinenses. Eles têm que comprar os óculos, a nadadeira, o agasalho, ser submetidos ao regulamento e ao tratamento militar e para isso recebem R$ 75,00 por dia, sem mais nenhum direito.

Então, temos uma situação de precarização, de sucateamento. Ora, pegar um jovem e pagar R$ 75,00 por dia para trabalhar subordinado a uma instituição militar para salvar vidas de pessoas no estado de Santa Catarina?! Mas eles estão pedindo R$ 100,00 de diária e que o estado pelo menos compre a nadadeira, os óculos e o agasalho, para que não gastem tudo que recebem comprando os equipamentos para poder trabalhar.

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, deputado.

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, a Mesa recebe o seguinte requerimento:

(Passa a ler.)

"Os deputados que este subscrevem, com amparo no Ato da Mesa de n. 227, de 14 de julho de 2011, que altera o art. 109 do Regimento Interno, requer seja permitida a manifestação do sr. Ronaldo Ferreira dos Santos, diretor de Comunicação da Federação Nacional dos Farmacêuticos e coordenador do Movimento Nacional Primavera da Saúde, sob a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, que assegura recursos mínimos para o financiamento das ações dos serviços públicos de saúde nas três esferas do governo".

Portanto, após a Ordem do Dia, estava inscrita para falar a deputada Angela Albino, que abre mão do seu espaço para que se manifeste o sr. Ronaldo Ferreira dos Santos.

Esta Presidência suspende a presente sessão por até dois minutos, para que a assessoria da Mesa providencie a documentação pertinente à Ordem do Dia e das matérias que poderão surgir após a reunião das comissões.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio)(Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito aos srs. deputados que ainda continuam na sala de imprensa comemorando o aniversário de vários srs. deputados, cito os deputados Moacir Sopelsa, Manoel Mota e a deputada Dirce Heiderscheidt, que voltem ao plenário para deliberarmos as matérias, principalmente o veto às emendas da LDO.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0485/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, 0486/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 0487/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, e 0488/2011, de autoria do deputado Dado Cherem.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s: 1.145/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, 1.146/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 1.148/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, 1.149/2011, 1.150/2011, 1.151/2011, 1.152/2011 e 1.153/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, 1.154/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, 1.155/2011, de autoria da liderança do PT, e 1.156/2011 e 1.157/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 1.147/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Tribunal de Contas, apelando para que sejam respondidas indagações referentes à auditoria operacional no Funcultural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.158/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que solicita o envio de mensagem ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo celeridade na tramitação e aprovação do Projeto de Lei n. 6.959/2010.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0118/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre a proposta que o governo do estado apresentou ao governo federal para a renovação da concessão e/ou delegação do Porto de São Francisco do Sul relativa à sua forma de gestão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0119/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado e aos secretários da Saúde e da Segurança Pública, solicitando informações sobre os tipos e quantos abortos são praticados em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0120/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado e ao presidente da SC-Gás, solicitando informações sobre a existência de convênio entre a SC-Gás e a prefeitura de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0121/2011, de autoria do deputado Altair Guidi, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre o não envio de resposta do PIC n. 0071/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Este pedido de informação, a meu ver, não cabe. É um pedido de informação sobre o não envio de resposta a um pedido de informação. Pedido de informação é uma questão regimental e legal que tem que ser cumprida pelo governo do estado. Não cabe pedido de informação sobre pedido de informação. Então, as medidas subseqüentes, as não informações não podem ser um novo pedido. Por isso, vou retirá-lo de pauta para que seja tratado diretamente com o deputado proponente.

Foram aprovados na comissão de Constituição e Justiça os Projetos de Lei n.s: 0278/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck, 0280/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, 0305/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, e 0370/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, todos declarando de utilidade pública várias entidades.

Consulto os srs. líderes se podemos deliberar essas matérias.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0370/2011, de autoria do deputado Elizeu Mattos, que declara de utilidade pública o Centro Social Lupércio de Oliveira Koëche - Ceslok -, com sede no município de Lages.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0305/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a Associação dos Idosos da Amizade, de Botuverá.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0280/2011, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que declara de utilidade pública a Associação Recreio Cultural Tapajós - Arcut -, do município de Indaial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0278/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos, de São Bento do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação da Mensagem n. 0216/2011, que dispõe sobre veto parcial ao PL n. 0140/2011, de procedência governamental, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012 e adota outras providências.

(Passa a ler.)

"Veto ao art. 48, I e II, bem como as 180 (cento e oitenta) subações incluídas no anexo de Prioridades da Administração Pública Estadual, por ser inconstitucional" - é evidente que na visão do governo.

"PL n. 0140/2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012 e adota outras providências.

Art. 48. O projeto de lei das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2013 observará, além das regras exigidas pela Constituição Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o seguinte:

I - Anexos com resumo das políticas setoriais do Governo;

II - Anexo com o resumo da política econômica do Estado, análise da conjuntura econômica com a indicação do cenário macroeconômico para 2013 e suas implicações sobre a proposta orçamentária para 2013.

Art. 49 [...]

Parecer da Comissão de Justiça pela deliberação do Veto em Plenário."[sic]

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, sei que conversei com muitos deputados propriamente da base do governo que apresentaram emendas, propostas importantes para a sociedade catarinense. E acho estranho esse veto total a todas as emendas dos deputados.

Nós suspenderemos as nossas atividades parlamentares aqui na Casa, na semana que vem, e iremos para o interior discutir o Orçamento. Acho fundamental a sociedade ser ouvida, o orçamento participativo. Essa é uma luta histórica da nossa bancada, do nosso partido. Agora, há um vácuo nesse processo, eis que as lideranças das microrregiões se reúnem e discutem muito a questão local, as políticas locais e regionais. Os grandes temas de Santa Catarina, e que é uma das necessidades que este Parlamento tem, normalmente não vêm do debate regional e de outros espaços. Discutimos aqui a questão das ferrovias, das rodovias, da geração de empregos, da microempresa, da agricultura familiar, e sobre ela temos grandes temas. Até fiz emenda nessa área da agricultura familiar. Então, estamos extremamente comprometidos no nosso trabalho aqui na Assembleia. Portanto, não respeitar nenhuma emenda do Parlamento é muito ruim para a democracia catarinense.

Lamentamos isso e, com certeza, vamos votar contra esse veto, porque não concordamos. Se fossem algumas ações, algumas atividades, mas foi à foice, como se diz lá no interior, pegou parelho e foi tudo para... E são emendas importantes para o futuro de Santa Catarina. E nem é o Orçamento, é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E poderia ser discutido no futuro se cabe ou se não cabe, se implementa ou se não implementa, mas ao menos teríamos uma garantia lá na frente de que teríamos isso na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, lamento e a nossa bancada votará contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Dirceu Dresch, é conhecido de todos, da maioria, que foi construído em torno do governo do estado. E é conhecido também que, tendo essa maioria, seria absolutamente aceitável e também passível de deliberação que essas emendas tivessem sido rejeitadas tanto nas comissões quanto depois na votação em plenário.

Parece-nos que seja um bom motivo para nós aprovarmos - e quando falo nós aprovarmos, eu falo os da base do governo - nas comissões, aprovarmos em plenário e agora simplesmente votarmos a favor do veto, uma vez que entendemos que as emendas não são inconstitucionais. A LDO e o Orçamento são prerrogativas do Poder legislativo.

Por isso, entendo, como entende o deputado Dirceu Dresch, que a forma como foram aplicados esses vetos violenta uma prerrogativa do Legislativo, que é exatamente a confecção do PPA e do Orçamento, motivo pelo qual o meu voto será pela derrubada do veto, mas de forma alguma como forma de confronto ao governo e sim por uma defesa de uma prerrogativa legislativa que não devemos abrir mão. Não é confronto a este governo ou a qualquer outro que venha, até porque é uma prerrogativa do Poder Legislativo.

Se aceitarmos pura e simplesmente um veto dessa forma, tacitamente estaremos dizendo que não nos cabe emendar nem a LDO nem o Orçamento, e é, no meu ponto de vista, absolutamente equivocada a forma como foi encaminhada.

Tenho certeza de que não foi um encaminhamento do governador Raimundo Colombo e sim de assessores da área econômica, que devem ter os seus motivos, e não nos cabe aqui julgá-los. No entanto, no princípio da autonomia e da independência do Poder Legislativo em matérias tão importantes como a LDO e o Orçamento, parece-me que seja muito prudente todos votarmos pela derrubado do veto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sem dúvida alguma, v.exa. tem razão. Faltou, no meu entendimento, comunicação do governo com o Parlamento.

Nesse veto constam emendas individuais e emendas do Orçamento Regionalizado. Então, a nossa preocupação é com todas as emendas, mas, sobretudo, com as emendas do Regionalizado, até porque daqui a alguns dias estaremos visitando as regiões e discutindo as suas prioridades.

Agora, vale lembrar, sr. presidente, que as emendas que estão na LDO não necessariamente poderão estar no Orçamento. Agora, para estar no Orçamento elas têm que estar na LDO!

Então, acho que é prudente a decisão deste Plenário pela derrubada do veto, não no sentido de uma derrota do governo, mas no sentido de chamar a atenção para o Executivo e que é preciso que ele se comunique melhor com o Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Especialmente com a sua base, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, a posição da bancada do PSDB também não é impor derrota a ninguém, porque com essa leitura nós mesmos acabamos nos derrotando, porque somos governo. E, mais do que nunca, já demos prova de fidelidade aqui, neste plenário. O que queremos dizer, sr. presidente, é que a forma como está sendo feita não foi construída de uma maneira que entendemos ser correta. Como v.exa. bem falou, é um desrespeito total a esta Casa.

Então, que fique aqui esse voto pela derrubada do veto, sr. presidente, como uma forma de protesto para que se tenha mais respeito com os anseios da população que chegam a esta Casa através da voz dos deputados. E depois eles fazem as emendas tão esperadas nas nossas regiões.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Primeiro, quero cumprimentar v.exa. pelo seu encaminhamento. É claro que ninguém está aqui para votar contra o governo, e é bom que fique claro isso.

Acho também que faltou entendimento entre a assessoria do governo e a Assembleia Legislativa, uma vez que, quando construímos e aprovamos, na LDO, todas as emendas que vieram do Orçamento Regionalizado, foi um acordo que esta Casa fez. Isso também não que dizer que as emendas que estão na LDO estarão no Orçamento para o ano que vem.

Então, a bancada do PMDB tem consciência, sempre votou com lealdade ao governo, mas vai votar pela derrubada do veto, porque entende que se votar pela manutenção do veto estará votando contra os seus princípios e contra aquilo que sempre defendeu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” mantêm o veto e os que votarem “não” rejeitam o veto.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pela maneira como foi encaminhado, há um entendimento do governo de que a LDO não é o Orçamento. Não é necessário estar na LDO para fazer o Orçamento. Mas nem tudo que está na LDO vai estar no Orçamento. Há entendimento do governo e vamos liberar a base do governo para votar de acordo com a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” mantêm o veto e os que votarem “não” rejeitam o veto.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, v.exa. colocou muito bem a prerrogativa do governo, mas nós, parlamentares, ficamos engessados nessa situação.

Eu tinha 15 emendas importantes, positivas, que não tinham arranjo. Mas sempre tive um comportamento e uma conduta éticos e por isso vou votar contra as minhas próprias emendas para cumprir um compromisso. Depois, vou lutar em outros caminhos para conseguir atender a esses pleitos. Mas vou cumprir um compromisso mantendo o veto oposto pelo governo, porque ele também tem suas razões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Manoel Mota, v.exa. está totalmente liberado para votar contra o governo nesta matéria. Não se sinta constrangido em votar pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Meu caro presidente, eu também quero deixar clara essa justificativa de votar contra esse veto, porque a LDO traça linhas gerais, traça as diretrizes. O próprio nome já diz, é a lei de diretrizes que vai palmilhar um caminho que depois ainda vai ser devidamente discutido no Orçamento. Então, não se justifica essa forma como o governo, digamos assim, encaminhou essa matéria.

Eu manifestei, hoje, na tribuna, a minha preocupação, porque o Revigorar 3 foi um sucesso que no mês de agosto arrecadou R$ 134 milhões, e a expectativa era que isso fosse até o final do ano, mas já arrecadou no primeiro mês. Mas existem manifestações do *status quo* da secretaria da Fazenda que me deixam preocupado no acordo de que esses recursos seriam recursos extraordinários para a Saúde, como aqui tudo foi acordado. Então, é meio que numa certa sintonia com aquilo que, de repente, manifestou-se também na forma desses vetos que foram opostos à LDO.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Volnei Morastoni, apenas para termos a mesma linha de raciocínio, quero dizer que a questão da aplicação dos recursos na Saúde foi fruto de acordo para aprovação. A partir daí é lei e terá que ser cumprida. Não se trata de vontade ou não do Poder Executivo.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, para declaração de voto, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero dizer, presidente, que muitos deputados estão com dificuldade de votar no 2, mas verão que, para o bem do povo, deputado Manoel Mota, é bom votar no 2.

Então, quero reafirmar, num outro aspecto, a importância da autonomia deste Parlamento, no sentido de que estamos aqui aprovando leis que interferem nas obras e nas necessidades da população e, portanto, precisam ser respeitadas.

Da mesma forma, seria muito contraditório, deputado Elizeu Mattos, eis que a partir da semana que vem começaremos a participar das audiências do Orçamento Regionalizado e, caso o governo mantenha esses vetos, de fato já nos antecipamos dizendo que teremos problemas para realizar essas audiências, uma vez que não serão respeitadas.

Então, quero reafirmar a importância da autonomia deste Parlamento no sentido de que, quando fizemos emendas, não foram emendas ao acaso, foram emendas elaboradas a partir das necessidades das nossas regiões.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Deputado Elizeu Mattos, faço um alerta aos srs. deputados que manifestam a intenção da Casa de ver o veto derrubado. No entanto, precisamos de 21 votos “não” para que a matéria seja efetivamente consumada.

Consulto se todos os srs. deputados tiveram absoluta consciência da forma...

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Votaram 25 srs. deputados.

Temos 20 votos “não”, quatro votos “sim” e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. depu-

tadas, na verdade, fiquei muito chateado com o resultado: por um voto não conseguimos derrubar os vetos às nossas emendas, às emendas do Orçamento Regionalizado. Realmente, deputado Silvio Dreveck, não consigo entender isso! Sinceramente, deputado Daniel Tozzo, com que cara v.exa. vai chegar, na semana que vem, em São Miguel d'Oeste, Maravilha e Chapecó para tomar as emendas? Eu não vou, deputado Mauro de Nadal! Agora, como é que vamos até as nossas regiões, às nossas bases, fazer com que as lideranças discutam as emendas, se chegam aqui e o Plenário as rejeita, deputado Darci de Matos? Não dá para entender! Então, que se cancele as idas na semana que vem e que haja na Casa sessão plenária normal, deputado Narcizo Parisotto, porque será menos ruim para nós, deputada Luciane Carminatti! Não dá para entender! Isso daí, num jogo de futebol, deputado Silvio Dreveck, é jogar contra o patrimônio! É fazer gol contra! É o jogador dar a entrevista, dizer que vai defender a camisa e, no final do campeonato, quando está de cara para o gol, sai do gol do adversário - e era só fazer o gol -, passa o campo todo, chega no seu gol e faz o gol contra. É impressionante!

Quero ver a nossa cara, deputado Ismael dos Santos, quando v.exa. chegar em Blumenau, na audiência do Orçamento Regionalizado! O que vamos dizer? Vamos dizer: "Desculpem, mas estamos vindo fazer papel de trouxas, enganando vocês!" Porque já há iniciativas nesta Casa visando a tornar o Orçamento impositivo, a fim de que o que for aprovado nas audiências do Orçamento Regionalizado seja obrigatoriamente implementado.

Agora veio para cá um veto total às emendas aprovadas e o veto foi mantido, apesar de a base, deputado Moacir Sopelsa, estar liberada! Imaginem se não estivesse!

Eu quero deixar aqui o meu mais profundo sentimento de revolta ao ver no painel que por um voto não derrubamos o veto. E o veto não é das emendas parlamentares individuais, é veto total, inclusive do Orçamento Regionalizado! E na véspera de irmos novamente às Regionais para coletar as emendas!

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Kennedy Nunes, quero somente reforçar as suas colocações. Infelizmente, com o resultado dessa votação, o Parlamento, além de votar contra a sua essência, que é o debate com a comunidade, a busca de prioridades das forças vivas da comunidade, acabou de matar a possibilidade da inclusão de uma série de propostas do Regionalizado no Orçamento, porque é aquilo que eu disse anteriormente: o que não está na LDO não pode estar no Orçamento.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - É claro!

O Sr. Deputado Darci de Matos - O nosso voto para derrubar o veto era combinado, no bom sentido, mas não era contra o governo, mas, sim, pelo Parlamento. Então, é lamentável, porque ficamos numa situação constrangedora. No meu entendimento, as reuniões que iriam acontecer daqui a alguns dias com as lideranças do interior do estado tornam-se desnecessárias, já que não poderão estar inclusas no Orçamento do ano que vem.

É lamentável o que acaba de acontecer, nesta Casa!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Gostaria de dizer que antes da votação manifestei a minha preocupação com relação ao processo que inicia na semana que vem porque, na minha avaliação, no meu entendimento, caso mantivéssemos o veto, comprometeríamos as audiências públicas do Orçamento.

Então, deputado Kennedy Nunes, penso que as bancadas devem reunir-se e reavaliar a manutenção do Orçamento Regionalizado, porque seria uma tragédia esvaziar o Orçamento numa demonstração de desrespeito ao Parlamento. Deveremos avaliar se este momento é positivo e saudável, inclusive para este Parlamento, a manutenção do Orçamento Regionalizado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputada, apenas para que os catarinenses possam entender, o que votamos aqui, deputado Romildo Titon, tinha validade de quatro anos e uma revisão de dois anos. Mas se não tiver aprovado, não pode ser colocado recurso.

Em 2007, quando comecei a trabalhar como deputado nesta Casa, deputado Romildo Titon, quando veio o Orçamento Regionalizado, deputado Moacir Sopelsa, fiquei todo animado, participei de todas as sessões, até fazia parte da comissão. Enfim, fiquei muito empolgado. Mas depois também veio o "tratorzão" e ficamos apenas com a esteira da máquina nas costas, à época do ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Foi um desespero total.

Em 2008, quando voltamos às regiões, tivemos que dizer: Olha, foi aprovado "x", mas foi liberado apenas "y". E começamos numa peregrinação para pregar o Orçamento impositivo. À época, participava da bancada do Partido Progressista e essa era a posição da bancada. A lei, inclusive, é que está exigindo que o Orçamento seja impositivo.

Em 2009, já não fui mais a todas as audiências do Orçamento Regionalizado, deputado Ismael dos Santos, apenas na minha região. E mesmo assim, quando cheguei lá já havia aquela luta por conta dos conselhos regionais, que já fazem uma previsão orçamentária, o conselho de desenvolvimento regional.

E ficamos neste Parlamento para cumprir uma lei do ex-deputado, hoje prefeito de Joinville, Carlito Merss, que está no Orçamento Participativo. Ou seja, fazíamos um papel duplicado, pois tínhamos que discutir novamente aquilo que já havia sido discutido pelos conselhos de desenvolvimento. E chegamos num momento como esse, em que há um entendimento. Inclusive, o presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, em contato com um representante do governo, dizia: "Vamos derrubar o veto, porque não há motivo para mantê-lo."

Eu vi o deputado Gelson Merisio, desde o início da manhã, brigando com o governo, dizendo que iria derrubar o veto. Ora, fazer um Orçamento com uma margem de 25% para fazer um remanejamento? E agora, deputado Elizeu Mattos, não derrubamos o veto?

Eu concordo com a posição da deputada Luciane Carminatti em fazermos uma reunião de liderança para reavaliar a nossa ida na semana que vem às regionais. Voltar lá com esse resultado? Eu não vou! Eu não posso! Eu tenho apenas uma cara, deputado Moacir Sopelsa.

Assim não dá! O que vamos fazer lá? Vamos dizer o quê para as pessoas? Que ouvimos as pessoas nas cidades e depois, aqui, nesta Casa, votamos contra?

Então, quero deixar aqui registrada a mais profunda revolta. Talvez nunca tenha ficado tão revoltado com o resultado de uma votação como fiquei agora, justamente porque na semana que vem há toda uma programação, começando por São Miguel d'Oeste.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

O próximo orador inscrito é o deputado Ismael dos Santos. Porém, peço vênia para fazer um registro.

Gostaria de dizer, em primeiro lugar, que o voto de cada cidadão é livre. Cada um vota conforme a sua consciência e o seu entendimento. Mas concordo que temos que repensar a questão do Orçamento Regionalizado, porque criamos expectativa na população e depois, nós mesmos, a exemplo do que ocorreu hoje, derrubamos todas as emendas, as únicas que foram acatadas no Orçamento. Vale a pena repensar e ver o que vamos fazer na semana que vem.

Agora, sim, com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero ratificar o seu posicionamento e o do deputado Kennedy Nunes.

Eu lembro de que quando cheguei a esta Casa como deputado suplente estava muito empolgado com a perspectiva do Orçamento Participativo no estado de Santa Catarina, mas confesso que já no segundo ano aquele entusiasmo esmoreceu, foi diminuindo e, hoje, percebemos que a nossa preocupação como deputado desta Casa, todos nós que queremos de fato ser pragmáticos, é que não seja apenas uma peça decorativa. E infelizmente, sr. presidente, nem peça decorativa foi, mas uma peça constrangedora.

Quero ratificar que, conforme o nosso posicionamento, o cronograma das reuniões das audiências públicas para discussão do Orçamento Participativo precisa ser revisto, repensado, para que, de fato, não venhamos fazer o papel de ilusionistas ao longo do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, srs. deputados, preciso fazer uma rápida menção, o deputado Jean Kuhlmann também já o fez, mas preciso retomar a discussão da questão da duplicação da BR-470. Essa BR tem feito parte da nossa bandeira de discursos nesta tribuna não apenas pela questão econômica, mas, sobretudo, pela questão de vidas, pois 98 era o número de vítimas fatais no ano de 2011. Uma rodovia que foi construída há mais de 40 anos para transitar cerca de dez mil veículos recebe, hoje, 25 mil veículos por dia, quase batendo o próprio trânsito da BR-101, por onde transitam, em média, 35 mil veículos por dia, sem contar a questão de toda a riqueza do oeste catarinense que passa pela BR-470. Sem dúvida alguma, 40% da riqueza catarinense transita por essa rodovia em direção ao porto de Itajaí e ao de São Francisco do Sul. São mais de quatro mil containers por dia.

Infelizmente, no último sábado ocorreu mais uma tragédia com irmãos nossos catarinenses vindos do oeste, de Nova Erexim, eis que três adolescentes e uma professora que iriam passar o dia conhecendo as belezas do litoral catarinense tiveram suas vidas ceifadas no trevo de Gaspar, no KM37.

Tivemos nesta tarde, deputado Daniel Tozzo, a quem desejo sucesso nas suas caminhadas e que retorne em breve a esta Casa, uma audiência com o superintendente do DNIT, sr. João José dos Santos, que se comprometeu a uma ação rápida, enquanto não sai a esperada duplicação da BR-470. Há perspectiva de que a partir de março do ano que vem se inicie os trabalhos de duplicação dessa BR, pelo menos os 74km de Navegantes a Indaial. Mas enquanto isso não acontece precisamos tomar uma ação rápida e eficaz, especialmente naquele trevo de acesso ao município de Gaspar, na BR-470. E há o compromisso do superintendente do DNIT de que a partir do mês de outubro teremos, pelo menos, duas lombadas eletrônicas para tentar reduzir a velocidade daqueles que por ali trafegam. Também há muita imprudência nas rodovias. Aliás, o resultado da tragédia do último sábado, fazendo quatro vítimas fatais, foi uma imprudência de um motorista que, infelizmente, acabou fugindo do local.

O prefeito de Gaspar anunciava hoje que iria, por iniciativa própria, implantar uma lombada física. Mas sabemos que isso não é possível, o sistema de trânsito nacional já não permite mais lombadas físicas. Que venha, então, a lombada eletrônica. Inclusive, a licitação já foi feita, e que seja instalada com a maior brevidade possível.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Deputado Ismael dos Santos, gostaria de compartilhar com v.exa. duas situações. A primeira delas refere-se ao que assisti aqui, hoje, na votação que tivemos anteriormente. Preocupava-me, na semana que vem, quando voltarei a ser suplente de deputado e não mais deputado, em participar das audiências como suplente, acreditando que poderia contribuir com muita coisa. Hoje é um dia de despedida, espero que temporária, mas fico triste com o que aconteceu neste plenário, um desrespeito com nós mesmos. Entendo dessa forma.

Por outro lado, o acidente ocorrido entristece não apenas o oeste de Santa Catarina, mas todo o estado, especialmente Nova Erechim, onde estivemos na semana passada conversando com lideranças, uma cidade animada, hospitaleira, que se entristece com o fato de pessoas que vieram conhecer as belezas de Santa Catarina sofrerem com essas tragédias.

Espero que os governos federal e estadual invistam, realmente, em rodovias não somente quando acontece uma tragédia. Temos que trabalhar na prevenção solicitando, por exemplo, as lombadas eletrônicas. Sei que os encaminhamentos vão ser feitos e peço, inclusive, que v.exa. inclua um trecho em Cordilheira Alta, cidade em que resido, onde há um trevo na BR-282 em uma curva. Há mais de 20 anos a comunidade solicita uma lombada eletrônica. Pessoas já morreram e espero que não precisemos vir solicitá-la depois de uma tragédia.

Agradeço a oportunidade e aproveito para agradecer a todos os deputados e deputadas que me acolheram tão bem nesta Casa, na qual aprendi muito.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Anexamos ao nosso discurso a intervenção de v.exa, mas gostaria de concluir, sr. presidente, ainda falando sobre BRs.

Na semana passada houve um congestionamento nunca visto na BR-101. A mídia divulgou que foram 48 quilômetros de congestionamento. Sou autor de um projeto - e gostaria de, mais uma vez, apelar aos srs. deputados, pois vamos reapresentá-lo -, que disciplina o horário de trabalho nas rodovias. Tive a oportunidade de rodar pelo mundo quando jovem, deputado Moacir Sopelsa, coloquei a mochila nas costas e conheci boa parte do mundo, fui trabalhar, inclusive, nos Estados Unidos. E uma coisa que me chamava a atenção é que as ações de interferência nas rodovias eram feitas à noite. Por que isso não acontece no nosso país?

O nosso projeto de lei, deputado Kennedy Nunes, é exatamente no sentido de que os serviços possam ser realizados em período noturno. Isso não somente dá mais segurança aos operários, que não precisam trabalhar sob um sol causticante de até 40 graus, como também dá tranquilidade àqueles que trafegam na rodovia durante o dia.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - É muito interessante essa sua colocação. Há algum tempo, quando estava voltando para Joinville pela BR-101, na primeira ponte do rio Itajaí-Mirim havia pessoas com refletores trabalhando nas cabeceiras das pontes, à noite, depois da meia-noite. E cheguei a *twittar*, dizendo que enfim alguém pensou em fazer um trabalho daquela forma. E isso deve constar nessa lei e deve constar também nos contratos, para que possamos ter essa garantia. Porque se hoje formos exigir isso de alguma empreiteira, ela vai dizer que não está previsto no contrato.

Então, esse seu projeto é muito interessante para que possamos fazer com que esse tipo de obra seja feita com agilidade e praticidade.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Vamos retomar esse debate e reapresentar esse projeto para que os serviços possam ser realizados sem causar transtornos àqueles que de uma forma ou de outra transitam pelas nossas rodovias de Santa Catarina, em especial na BR-101.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, quero manifestar-me com relação a uma visita que realizei na última semana, na quarta-feira, a alguns municípios atingidos pelas chuvas de granizo, deputado Mauro de Nadal, no oeste catarinense.

(Solicito à assessoria que proceda à apresentação das fotos.)

Penso que é muito pertinente que todos possam ter acesso a essas fotos que mostram o tamanho da tragédia. Inclusive, srs. deputados, fizemos um requerimento solicitando que fosse aprovada neste plenário uma subcomissão junto à comissão de Proteção Civil, para viabilizar uma audiência, deputado Mauro de Nadal, com o governador do estado e também com o ministério da Integração Nacional, no sentido de darmos encaminhamento a esse problema, porque não são apenas estragos materiais, há uma série de consequências em função dessa tragédia.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Essas fotos demonstram que as cidades de Formosa, Anchieta e Irani, nas quais foi decretado estado de calamidade pública, foram extremamente prejudicadas com chuvas fortes durante 15 minutos.

Confesso que fiquei assustada quando visitei esses municípios, pois foi um temporal que destruiu 95% das residências, propriedades e benfeitorias.

Esse é o cenário em praticamente todas as residências. Praticamente todas as casas ficaram destelhadas e estão com uma lona preta para proteção. Apenas para que os senhores tenham uma ideia, quando chegamos à cidade de Formosa, vimos todo mundo recuperando suas residências, todos os moradores solidariamente buscando recuperar não apenas o telhado das casas, mas as propriedades, reorganizando-se, porque perderam móveis, mobílias, roupas, lojas inteiras. Felizmente, depois, veio o sol.

Esta foto mostra um pavilhão, e o que chama a atenção é que não há uma só telha que possa ser aproveitada.

Chamou-nos a atenção também que a chuva levou, inclusive, as telhas de seis milímetros, com uma espessura maior. Foi incrível! A sensação é de que não havia nada que segurasse essa tempestade.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Na verdade quero elogiar a sua sensibilidade, nobre deputada Luciane Carminatti, e solidariedade com as pessoas que foram atingidas. Inclusive, estive por lá também na semana que passou, acompanhando principalmente Anchieta, Irati e Formosa, e vi o desespero dessas pessoas, porque foram colhidas de surpresa, mesmo conhecedoras do problema que poderia acontecer, mas impossibilitadas de reação com fenômenos dessa natureza.

Deputada Luciane Carminatti, quero elogiar o trabalho de Geraldo Althoff, secretário da Defesa Civil, que de forma ágil esteve lá, mobilizou toda a equipe, está fazendo tudo que pode dentro das condições que o estado oferece para poder socorrer essas famílias. Então, temos que parabenizá-lo pela presteza com que está tratando esse tema de extrema importância.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

Quero também solicitar aos demais deputados que possam nos ajudar nessas audiências, porque somente a participação nossa é que vai provocar uma ajuda maior a essas famílias e também às lideranças, aos gestores municipais, sendo que das três prefeituras visitadas apenas uma é do nosso partido; portanto, não é uma questão partidária, é uma questão de solidariedade. E precisamos ser solidários neste momento de muita dor.

Nesse sentido, deputado Moacir Sopelsa, queremos que esta Casa nos ajude a agilizar essas audiências junto ao governo do estado. Também estamos solicitando ao ministério da Integração que possamos tratar de todos os problemas materiais, mas também da perda da arrecadação que vem logo em seguida. Inclusive alguns prefeitos diziam: "Deputada Luciane Carminatti, estamos agora pagando a conta no orçamento do último estrago que houve em 2009. Temos agora a consequência disso e temos mais outro problema no momento".

Portanto, temos que ser sensíveis, solidários e de fato propositivos. Por isso, estou pedindo o apoio desta Casa. E o presidente deputado Gelson Merisio sabia da nossa visita e também levei a sua mensagem no sentido de que estamos juntos.

Estive no último domingo visitando o município de Nova Erechim e senti uma dor tremenda. Até confesso para os meus colegas deputados e para quem está neste momento nos assistindo que chegar a um ginásio de esportes, com três alunos sendo velados e mais uma professora, não dá para imaginar a dor da cidade.

Chama-nos a atenção o quanto corremos riscos nas rodovias e o quanto esse acidente que aconteceu no sábado mexeu com uma cidade e uma região toda. Morreram três jovens, sendo que uma das famílias nos contou que a mãe havia perdido um filho há cinco meses e nesse acidente perdeu mais a filha. E conto isso para termos uma noção do que representa isso na vida das pessoas.

Vimos também uma filha velando a mãe que era professora, e essa imagem não apago da memória. Essa filha estava no mesmo veículo em que a mãe estava e não sofreu praticamente nada, mas a professora se foi. Outro caso foi o de uma mãe que estava no ônibus atrás da van que sofreu o acidente e viu o filho e a filha morrerem no acidente.

Então, são sentimentos que não temos a dimensão do tamanho da dor, mas quero ao mesmo tempo trazer a minha solidariedade a essas famílias, ao prefeito Volmir Pirovani, a toda a sua equipe, eis que foram muito ágeis para viabilizar todas as condições necessárias no amparo às famílias.

Quero registrar também a necessidade que temos, deputado Moacir Sopelsa e deputado Reno Caramori, que esses veículos que transportam alunos tenham condições melhores. O que é uma van em termos de segurança? É um carro maior, mas não tem segurança alguma.

Por último, quero dizer que no último final de semana o Partido dos Trabalhadores também realizou o seu congresso nacional, em Brasília, e algumas conquistas deixaram-me muito feliz. E quero destacar três conquistas aprovadas nesse congresso. A primeira é que a partir da próxima eleição, já sem regra de transição, todas as direções do Partido dos Trabalhadores, seja no âmbito municipal, estadual, ou federal, precisam cumprir a questão de gênero, ou seja, 50% de homens e 50% de mulheres. Em segundo lugar, temos 20% de cotas à juventude e 20% de cotas aos negros. Em terceiro lugar, temos a necessidade de limitar o número de mandatos. O PT definiu que para o mesmo mandato eletivo consecutivo o cidadão só poderá eleger-se três vezes.

Então, são três mandatos limites para a mesma função. Isso permite que também possamos construir novas lideranças e abrir caminhos para outros assumirem esses espaços. Então, penso que são conquistas fundamentais para que possamos democratizar internamente o partido e também democratizar e lutar cada vez mais pela participação e democracia na sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Agradeço, sr. presidente, a sua generosidade, ao tempo que comemoro duplamente o seu aniversário, posto que faz cabalísticos 65 anos! Que se repita essa data festiva muitas vezes. Parabéns!

Sr. presidente, quero também parabenizar o Partido dos Trabalhadores, deputada Luciane Carminatti, pelos avanços de gênero. O PCdoB instituiu uma cota de 30% às mulheres, o que consideramos um avanço. Que bom que o Partido dos Trabalhadores dá exemplo e aprofunda ainda mais a democracia de gênero, o que, sem dúvida nenhuma, vai puxar outros partidos, como o nosso também, para que possamos igualar a participação de mulheres, jovens e a população negra com mais espaços na vida política.

Mas trago dois temas. O primeiro dele é mais significante, pois a cidade e o estado têm-se debruçado sobre ele nos últimos dias. O que aconteceu na Celesc? O que acontece na Celesc? O que acontece no governo do estado?

Ouvi, com grande assombro, a mídia usar a expressão: “Sumiram R$ 51 milhões”. Ora, somem batons nas bolsas das mulheres, somem brinquedos dos nossos filhos perdidos no meio do quintal. Mas R$ 51 milhões não somem! Eles podem ter sido desviados, mas não podem ter desaparecido! E se desviados foram, é preciso que identifiquemos o agente público responsável pelo desvio.

No entanto, para não ter nenhuma postura de julgamento prévio, nenhuma postura de condenação prévia, nosso mandato teve a aprovação por unanimidade deste Plenário de pedido de informação, pois queremos saber o que está acontecendo. Até porque, graças às redes sociais que são instrumentos fantásticos de democratização, tivemos a notícia de que a Monreal não tem somente um contrato com a Celesc, mas três! E somando os três, são R$ 118 milhões. Não são R$ 51 milhões. São R$ 118 milhões! Então, temos que entender o que aconteceu, temos que entender como aconteceu, por que aconteceu, onde está esse dinheiro e como vai ser devolvido aos cofres públicos.

O outro tema que me enche de perplexidade é o seguinte: por que um governo, que é composto pelas mesmas forças políticas do governo anterior, instala uma auditoria tão barulhenta como essa? Inclusive, a Monreal já afirmou, deputado Moacir Sopelsa, defendendo-se não do que está sendo acusado, mas acusando a própria auditoria, que ela foi contratada sem licitação e que por isso não seria válida.

Em nenhum momento explica a Monreal por que a Celesc abriu mão da forma mais eficaz de combater a inadimplência das contas de luz, que é simplesmente cortar o fornecimento, e celebrou um contrato que lhe dava 13% de honorários pela cobrança, que a Celesc pagou antecipadamente. Supondo, então, um contrato de R$ 100 milhões de inadimplência, R$ 13 milhões foram para a Monreal antes de ela cobrar a dívida. Para nós isso é um absurdo, ninguém faz isso, nem o dono da quitanda da esquina.

Tem outra coisa que nos enche de questionamento. O que acontece hoje no governo do estado de Santa Catarina? Que forças se movimentam hoje dentro do governo do estado de Santa Catarina? Por que fizeram uma auditoria que fez questão de ser pública?

Senhores, quem é que fica na berlinda até prova em contrário? Porque hoje é assim no Brasil, ou seja, precisamos provar inocência. Não é mais o acusador que precisa provar a sua denúncia, agora é o denunciado que precisa provar a sua inocência.

Obviamente que essa denúncia vulnera o então presidente da Celesc, que é exatamente a figura mais relevante dentro do governo do estado, do PMDB, o vice-governador Eduardo Pinho Moreira. Repito, ninguém vai fazer julgamento precipitado e ninguém vai dizer quem fez e o que não fez. O governo do estado vai dizer para nós, através do pedido de informação que fizemos. Mas é preciso dizer que aos olhos de quem está de fora caminha a passos largos, dentro do governo, um processo de fazer efetivamente o vice-governador do estado de Santa Catarina o Cristo dessa história, eis que é o primeiro nome que vem, já que foi o então presidente.

O que aconteceu? Esses contratos, que não é um, são três, e nos próximos dias já vamos ter prova disso, inclusive. Esses contratos foram, sim, celebrados à época, mas passaram por várias administrações, e cada uma vai levar uma parte disso, todas do PMDB. E como é que o governo do estado de Santa Catarina mira, então, na própria base do governo?

Eu hoje li aqui com espanto a base do governo se articular para derrotar. Muita gente falando bem grosso aqui “nós vamos derrotar”. Mas foi uma tragédia o que aconteceu aqui, porque não se derrotou o governo, derrotou-se o Parlamento. É uma pena que a base do governo não se equivocou quando, por exemplo, foi votar a tragédia que foi o PLC relativo aos professores, que até hoje reclamam que estão ganhando menos, porque ganharam R$ 15 de reajuste, ou que perderam uma série de direitos que eram a sua conquista histórica. Que pena que a base só se equivoca na hora de votar veto, porque estão tão acostumados a seguir a cartilha do governo que não sabem nem apertar o n. 2, para seguir contra o veto.

Precisamos entender o que está acontecendo no governo do estado. E na próxima sessão vamos pedir outra informação ao governo do estado, para saber que outras auditorias estão em andamento no governo do estado ou se apenas tem auditoria para mirar em determinados membros do governo do estado. Tem endereço? Por que a Celesc começou a fazer? Nós queremos a apuração rigorosa disso; nós temos que discutir nas nossas bancadas a hipótese, inclusive, de fazer uma CPI sobre o assunto, porque o tema assombra qualquer um que tenha a mínima mente.

Hoje, recolhemos os arquivos, uma carta de Lirio Parisotto, quando saiu do Conselho Administrativo da Celesc, dizendo já desse contrato como real, já dizendo isso no ano passado. Lirio Parisotto já dizia isso.

Na metade do ano passado eu não era parlamentar, mas agora de posse de mandato certamente vamos ajudar a entender o que aconteceu na Celesc com esse documento de Lirio Parizotto, que não diz só isso, que não fala só da Monreal. Fala, por exemplo, dos postes que foram comprados com dispensa de licitação e sem uso nenhum de qualquer parâmetro comercial que possa ser encontrado no Brasil, absurdamente fora dos padrões minimamente razoáveis de mercado.

Vamos, através desses documentos que tem chegado, repito, sobre essa mídia extraordinária, de democracia da informação, que são as redes sociais... Foi anunciarmos que faríamos o pedido de informação, choveu informação. E estamos esperando a prova documental para falar sobre isso.

Quero repercutir na tribuna a coluna de Adelor Lessa, articulista de Criciúma, que

hoje fala sobre a via rápida de Criciúma, que vai se tornar a via da lengalenga. E já é a via da lengalenga.

De vez em quando tem um, lá em Criciúma, que faz um *show* pirotécnico para dizer que agora vai. "Vamos fazer PPP", mas aí não pode ser PPP. "Vamos fazer dias depois", menciona aqui o articulista, "mas não passa de discurso".

Não deu outra, agora tem um novo projeto, diz o articulista Adelor Lessa. E tudo o que se poderia fazer para a rodovia merecer o título de rápida, ou expressa, foi retirado. Não vai ter mais nem viadutos nem elevados, só rótulas ou rotatórias. Como poderá ser rápida desta forma?

Imaginem a Via Expressa, de Florianópolis, cheia de rótulas. A via rápida, ou via expressa, era perspectiva de um acesso decente, de Criciúma, para a BR-101. Uma obra necessária, que apontava para o futuro. Mas pelo que está sendo encaminhado, vai continuar precisando. Só que agora sem previsão. Mas vamos trazer esse tema para a Assembleia Legislativa. Inclusive, outros parlamentares são filhos de Criciúma, e vamos chamá-los também para junto conosco travarmos esse debate.

Não é possível que essa alteração seja construída dentro de escritórios, sem convivência com a dificuldade que Criciúma tem, com o seu desenvolvimento econômico, por questões de infraestrutura que cabem, portanto, a este Parlamento corrigir.

Muito obrigado, sr. presidente, pela deferência do horário e novamente parabenizo v.exa. pelo grande dia!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, acompanhei atentamente o pronunciamento da eminente deputada Angela Albino e também farei algumas considerações sobre a questão da Celesc.

Em primeiro lugar, esse cidadão que plantou essa história na imprensa é o mesmo que tentou plantar, no passado, aquela história sobre a Celesc ser privatizada, porque tem interesses outros que não são os interesses do estado e dos catarinenses. Tanto é verdade que fizemos uma emenda a uma PEC, que será preservada, a fim de que qualquer mudança na composição acionária da Celesc necessite de autorização prévia desta Casa e, inclusive, de plebiscito.

O relatório secreto da empresa vazado para a imprensa com certeza não foi uma ação daqueles que defendem a Celesc. E não foi diferente, quando, em

Florianópolis, a bancada do PP convidou esse mesmo cidadão para uma reunião, já que naquela oportunidade ficou muito clara a sua intenção de privatizar a empresa. Inclusive, à época fiz algumas indagações ao tal cidadão. Além disso, o tal relatório não é conclusivo e é tendencioso. Tanto é fato que não foi acatado pelo conselho fiscal da empresa, que pediu um inquérito administrativo, já que apenas levanta suposições, sem afirmar nada.

Não existe esse tal sumiço de R$ 51 milhões! Não há como a empresa dar sumiço em R$ 51 milhões! O pagamento foi efetuado!

Então, peço um pouco de cautela e sei que v.exa., deputada Angela Albino, também se preocupa com a empresa pública, para daqui a pouco virmos aqui para fazer um discurso daqueles que não querem que a empresa seja pública.

Eu defendo a Celesc como empresa pública, e vou defendê-la enquanto for deputado. Fizemos a emenda juntamente com o presidente da Casa, deputado Gelson Merisio, em defesa da empresa pública. Mas quando essas coisas aparecem, e ninguém sabe de onde apareceu, qual é a veracidade daquilo que surgiu anonimamente? Qual é a veracidade? Qual é o interesse dessa pessoa que entregou? É ter a Celesc pública ou privatizada? Porque existe um inquérito administrativo que vai dentro da suposição, visto que o relatório não é conclusivo e faz suposições também em algumas coisas.

Então, peço um pouco de cautela! Quero a Celesc pública e não podemos prejulgar nem julgar ninguém. Acho que o inquérito que está sendo feito pelos funcionários da Celesc vai esclarecer todas as dúvidas, e todos são inocentes até prova em contrário. Conversei com o presidente da empresa e não existe desvio nenhum nem sumiço de dinheiro algum, como foi aventado.

Segundo esse relatório, não houve sumiço algum, só houve suposição, e a Celesc está agindo de acordo com o inquérito administrativo, inclusive com o apoio do governador e do vice-governador, para esclarecer suposições. Não podemos aqui entrar na onda do denuncismo. Houve uma denúncia, mas depois, lá na frente, fica provado que não houve nada. Mas daí a população já está pensando que houve desvio. Não houve desvio algum. Até que se prove que houve é uma coisa, mas não houve, e o relatório não é conclusivo.

Quero esclarecer somente a quem nos está ouvindo, a quem nos está acompanhando, pois daqui a pouco vão pensar que o dinheiro da Celesc sumiu. O dinheiro não sumiu. Há gente querendo que a Celesc deixe de ser pública, mas não vamos deixar isso acontecer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2011
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Angela Albino - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Aborda a realização da 22ª Romaria da Terra e da Água, em Irani.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Dá as razões por que manteve o veto governamental às emendas parlamentares à LDO; analisa o andamento das obras no sul do estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cobra o aumento de investimentos na Segurança Pública.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Comenta os movimentos contra a corrupção paralelos aos desfiles de Sete de Setembro; pede explicações sobre os recursos que teriam sumido da Celesc.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Analisa a repercussão na sociedade das marchas anti-corrupção que ocorreram no dia Sete de Setembro.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pede cautela nos ataques à Celesc.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se à Celesc e ao financiamento da saúde no país.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Defende novas fontes de financiamento para a saúde.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Pede licença para retornar a Blumenau.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (pela ordem) - Informa a impossibilidade de a deputada Ana Paula Lima deixar Blumenau.

DEPUTADO DADO CHEREM - Ressalta que o caso da Celesc merece ser tratado de forma mais cuidadosa.

DEPUTADO DANIEL TOZZO (aparte) - Concorda com o deputado Dado Cherem no que se refere à Celesc; agradece o convício de 60 dias com a bancada do PSDB.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RENO CARAMORI - Esclarece que não faz apologia ao uso de armas de fogo, mas defende o direito do cidadão de se defender.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Anuncia reunião com o secretário da Saúde para tratar da situação do Hospital Florianópolis; enfatiza a importância da construção de novas linhas ferroviárias em território catarinense interligadas aos portos estaduais.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Afirma que o panorama logístico brasileiro é um dos fatores que têm afetado a competitividade do país; defende a retomada do projeto original da via rápida de Criciúma; reclama da taxa de juros cobrada pelo Banco do Brasil dos servidores da Alesc.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Destaca a importância das redes sociais para a divulgação de informações; anuncia a realização de seminário a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes de passarmos para as Breves Comunicações, gostaria de informar aos srs. deputados que depois de ter feito uma análise com a assessoria legislativa da Casa no que diz respeito às audiências públicas do Orçamento Regionalizado, tendo em vista a manutenção do veto às 185 emendas à LDO e que dessas 185, 183 fazem parte do PPA, inclusive as que tratam do Orçamento Regionalizado. Sendo assim, poderão parte do PPA e poderão compor o Orçamento mesmo não fazendo parte da LDO.

Diante disso, a Presidência decidiu manter o cronograma originalmente estabelecido, com as audiências públicas sendo realizadas na próxima semana e também na semana subsequente, para que possamos cumprir o preceito constitucional.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados assistentes, gostaríamos de fazer um registro nesta sessão sobre um evento que vem acontecendo alguns anos, já está na sua 22ª edição, que é a Romaria da Terra e da Água, que este ano será realizada no próximo domingo, dia 11 de setembro. Aliás, é uma data triste para o mundo em função dos ataques terroristas aos Estados Unidos. Mas não tem nada a ver com essa romaria, pois ela é histórica. Quem sabe possa até servir para reflexão.

A Romaria da Terra e da Água acontece na diocese de Joaçaba, no município de Irani, um dos berços do Contestado, que foi um conflito pela posse da terra dos mais históricos de Santa Catarina, mas por muito tempo a história brasileira deixou essa passagem triste encoberta. Estamos aproximando-nos do centenário da Guerra do Contestado, inclusive apresentamos um projeto de lei, que está tramitando nesta Casa, instituindo a data comemorativa dos 100 anos dessa passagem da história catarinense. E é nesse berço, mais precisamente na região de Irani, que será realizada a 22ª Romaria da Terra e da Água.

O tema deste ano será Mudanças Climáticas e não poderia ser mais oportuno, no momento em que o planeta debate essa questão, em função das catástrofes que têm ocorrido mundo afora. O Brasil vez por outra tem problemas climáticos. Inclusive, estamos atravessando um período de excesso de chuva, o que preocupa, pois diversos municípios estão em estado de alerta e outros em estado de emergência.

Por essa razão, queremos solidarizar-nos com as pessoas que estão sofrendo, até em função desse excesso de chuvas, mas debater as mudanças climáticas é importante para todos nós. Hoje temos que ter ciência e debater essa questão, até para que as ações feitas ao longo dos próximos anos seja no sentido de se ter em mente as suas implicações, a fim de que tenhamos um meio ambiente sustentável e cada vez melhor de se viver.

A Romaria da Terra e da Água é histórica e é coordenada por igrejas, mas estão convidados para participar todos aqueles que queiram refletir sobre o tema, sobre as questões da terra no Brasil, sendo que a questão da ocupação e da distribuição da terra em nosso país é um momento de reflexão.

Sr. presidente, tive a oportunidade de participar de diversas romarias ao longo desses anos e no dia 11 de setembro de 2011, em Irani, teremos a 22ª Romaria da Terra e da Água, um momento oportuno para refletirmos e meditarmos. Lá estaremos participando ativamente desse evento, para o qual estendemos o convite a todos os colegas e aos que nos assistem neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, assomo à tribuna para esclarecer a minha posição da última terça-feira, pois alguns parlamentares não a entenderam.

Eu havia colocado anteriormente a minha posição, ou seja, como votaria. Mas também tinha conhecimento de que todas as emendas estão contempladas no PPA, para serem discutidas nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado, com a possibilidade de comporem o Orçamento, sem problema algum.

Então, estou com a consciência tranquila e com a certeza do meu dever de parlamentar cumprido. Está em meu gabinete o planejamento dos dados e de quase todas as 183 emendas contempladas no PPA e nas audiências públicas. Assim, aquelas que forem escolhidas comporão o Orçamento.

Então, acho que é um capítulo que está esclarecido e tenho certeza de que todos os colegas entenderam a minha posição.

Mas nós, que somos do sul do estado, queremos trazer a nossa preocupação, caro presidente, pois todos os rios do sul do estado já estão a ponto de sair do leito e invadir algumas regiões ribeirinhas.

Quem trafegar pela BR-101/sul, nos trechos que ainda não foram duplicados, e encontrar um fusca dentro de um buraco não estranhe porque os buracos são tão grandes que cabem até um fusca! É uma obra muito antiga e quando começa a chover, o asfalto, que já está quebrado, não aceita receber tanta água e vai-se deteriorando e formando os buracos.

Há pouco o eminente deputado José Nei Ascari disse que vamos ter que ressarcir os gastos com os veículos, porque eles são danificados pelos buracos da BR-101 quando chove.

A BR-101 é uma novela que não dá mais para aguentar. Quando mudaram a empresa responsável pelas obras do lote 29, eu disse: "Até que enfim temos uma empresa que vai tocar a obra". O que aconteceu? A obra foi suspensa por 60 dias, somente estão fazendo os elevados e em termos de asfalto, zero! Já a empresa responsável pelo lote 26 já conhecemos e a obra se arrasta desde 2005. A empresa que assumiu o lote 25, trecho Tubarão/Laguna, está com o mesmo problema. Agora, pelo menos, já foi licitada a obra da ponte da Cabeçuda e as obras tiveram início. Pelo menos há algumas balsas no meio do rio, mas é uma obra que deverá durar três anos. Quanto ao Morro do Formigão, em Tubarão, não há licitação ainda, e com relação ao Morro dos Cavalos é a mesma coisa, não há licitação ainda.

Então, é uma obra que ainda vai-se arrastar por um bom tempo, o que lamentamos profundamente, porque o planejamento inicial já estourou três ou quatro vezes.

Agora, com essa chuva toda, até o aeroporto de Jaguaruna, que estava projetado para estar pronto no fim do ano, vai demorar mais. O governo do estado e o governo federal, em parceria, estão tocando a obra, mas as chuvas não permitem que andem com mais rapidez.

No tocante ao porto de Imbituba, há um investimento da ordem de R$ 300 milhões e as obras lá estão sendo tocadas com velocidade. Aquele é um porto que vai dar segurança ao sul do estado.

Agora estamos aguardando a licitação da BR-285. Tive uma audiência e eles disseram: "Deixe que o pessoal do DNIT assuma em Brasília, que marcaremos a licitação da obra, que está prevista no PAC 2 e consta do Orçamento. Então, está tudo certo para que seja licitada.

Com o porto pronto, srs. deputados, toda a soja do Rio Grande do Sul que ia para o porto do Rio Grande, virá para o porto de Imbituba, porque o percurso é 250km menor. Além disso, a cerâmica vermelha terá retorno garantido. Então, é ganho real para a região sul de Santa Catarina.

Nós, que moramos naquela região, temos compromisso e trabalhamos pelo sul do estado. Na verdade, o nosso compromisso começa já em Florianópolis, seguindo por Palhoça, Paulo Lopes, Imbituba, Garopaba e daí por diante. Então, esperamos do governo ação e resultado.

Com relação à serra do Faxinal, metade da obra já está concluída; agora, a outra parte está paralisada graças à perereca de uma promotora pública federal. Ela diz que vai processar-me. Não tem problema! Porque sei que estou defendendo o direito sagrado da população de ter boas obras de infraestrutura. Ora, aquela é uma estrada turística, que vai ligar o sul do estado com as cidades de Gramado, Canela e Caxias do Sul, mas quando faltava menos da metade para ficar pronta, em função de dois casais de rãs, animal que se encontra em qualquer vala, a promotora determinou a suspensão das obras. Isso dói, dói muito! Mas estamos lutando e praticamente a situação já foi revertida em Brasília, mas o atraso é grande.

Sr. presidente, o sul catarinense sempre foi uma região deprimida economicamente e precisa recuperar-se do tempo perdido, da estagnação. O sul, deputados, precisa da solidariedade desta Casa, que, é verdade, não se tem furtado de dar esse apoio. Atualmente, pela primeira vez na história desta Casa, há oito parlamentares do sul trabalhando em conjunto e levantando uma só bandeira: a do desenvolvimento do sul de Santa Catarina. O nosso partido é o nosso sul, a nossa meta é conseguir obras e ações para a nossa região.

Por isso, tenho convicção de que venho cumprindo religiosamente a minha

missão neste Parlamento. Tenho 29 anos de vida pública, seis mandatos de deputado estadual e acho que vivo um dos bons momentos da minha atividade parlamentar, pois venho sendo reconhecido pelo povo da minha terra. O diretório do PMDB de Tubarão, município com 100 mil habitantes, convidou-me para ser representante daquela cidade nesta Casa. O diretório municipal do partido, os vereadores e o próprio deputado Edinho Bez apoiaram o meu nome para ser candidato daquela terra e falar por ela.

Isso é gratificante, sr. presidente! Mas ao mesmo tempo a nossa responsabilidade aumenta muito. Mas eu trabalho em cima de resultados, porque o povo elege o político não porque ele seja bonito ou feio, porque tenha cabelo ou seja careca, nem mesmo porque seja jovem ou velho. Não! O povo elege o político para que ele leve resultados para a região e quando isso não acontece, ele é esquecido, não é reeleito.

Então, sr. presidente e srs. deputados, é com esse espírito que hoje, uma quinta-feira chuvosa, vim da minha terra, cruzando uma estrada cheia de buracos e perigos, para cumprir a minha missão como parlamentar. Tenho que estar de volta ao sul às 13h para cumprir um roteiro previamente agendado, mas como o presidente solicitou a nossa presença, aqui estamos para trabalhar.

Agora, não sei qual o trabalho mais produtivo, se neste Parlamento ou em nossa região, porque lá estão os problemas e aqui temos que encontrar as soluções. Então, é um trabalho casado e fundamental para que consigamos transformar em ações os anseios da comunidade.

Agradeço, sr. presidente, e estou aqui cumprindo o meu compromisso como parlamentar.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e neste recinto, estamos numa quinta-feira chuvosa, de uma semana chuvosa, que promete continuar chuvosa. Evidentemente, estamos todos preocupados com os alagamentos que estão ocorrendo no estado, em diversos municípios e regiões e até com medo de possíveis calamidades e maiores tragédias.

Imaginava que a sessão desta manhã seria para tentar "desfritar" o ovo, no linguajar comum deste Parlamento, mas ficaremos com o ovo entalado. Desceu meio cru e vamos ter que degustar dessa forma a questão do Orçamento do estado de Santa Catarina.

Assim, volto a falar da Segurança Pública, que tem sido uma preocupação cada vez maior de toda sociedade, das Câmaras de Vereadores de diversas cidades, senão de todas, deste Parlamento e também das autoridades em geral.

Daqui a pouco vamos participar de uma audiência pública com o secretário César Grubba, juntamente com o presidente da Câmara de Vereadores de Corupá. Lá foi realizada uma audiência pública há 40 dias e o encaminhamento foi pedir uma audiência com o secretário para que o Poder Legislativo de Corupá pudesse manifestar suas angústias e suas preocupações com a Segurança Pública.

Temos falado, e precisamos persistir nisso, que a segurança pública no Brasil e no estado de Santa Catarina precisa de mais investimentos. É preciso, inclusive, que em nível federal e também nos estados, na Constituição Federal e, posteriormente, nas Constituições dos estados, seja estabelecido um percentual mínimo dos Orçamentos para a Segurança Pública, assim como há para a Saúde e para a Educação, que não tem sido suficiente e que em muitos casos tem sido burlado pelos gestores. Com relação à Segurança Pública não existe essa obrigatoriedade e muitas vezes os recursos previstos nos Orçamentos são posteriormente cortados e transferidos para outras áreas.

De forma que a situação de calamidade, de caos na Segurança Pública vivida com maior intensidade em nosso estado é o reflexo de uma política de sucateamento dos serviços e de retiradas de recursos nas últimas décadas. No mínimo, tem 20 anos esse processo de enxugamento dos recursos para os serviços essenciais básicos, incluído aí o serviço de segurança pública.

É preciso mais efetivo e mais estrutura material. Nas audiências é comum as comunidades pedirem câmeras de monitoramento para serem instaladas, primeiramente, no centro das cidades e, depois, nos bairros. Mas o que tem acontecido é que isso tem servido, muitas vezes, como uma panacéia para as autoridades, que dizem o seguinte: "Na verdade é muito simplório ficar falando somente em efetivo, pois temos é que investir em tecnologia e monitoramento eletrônico e instalar câmeras, porque isso é eficiente."

É preciso dizer que não temos absolutamente nada contra as câmeras de vigilância. No entanto, as câmeras sozinhas não resolvem o problema de segurança pública. É preciso uma quantidade de efetivo suficiente para que tenhamos policiais nas ruas e policiais monitorando essas câmeras, acompanhando o movimento da sociedade, acompanhando o que acontece nas áreas monitoradas.

É preciso que se destaque que não adianta instalar 30 câmeras de vigilância e colocar apenas um policial para monitorá-las, até porque elas funcionam em 360º. Calcula-se que para cada cinco câmeras é necessário um policial para ficar olhando, vendo a circulação das pessoas e acompanhando situações suspeitas, porque é através da vigilância visual do policial presente ou através de uma câmera, que se pode saber se existe algo que necessita de averiguação.

Portanto, além desse policial que está monitorando a câmera, é preciso que haja patrulhas a pé ou, de preferência, motorizadas com automóveis ou com motos, que possa ir até o local e averiguar a situação suspeita. A câmera se torna efetiva se houver essas condições. Se não houver isso é um mero efeito psicológico que funciona nos primeiros meses, porque depois todos sacam que nada acontece. Além disso, se houver alguém eventualmente olhando ou se alguém denunciar pelo telefone 190, a viatura demora a chegar porque há pouca patrulha na região, na cidade. A maioria das cidades do estado tem um policial militar trabalhando nesse momento e em muitas não há nenhum policial civil trabalhando nesse momento. De forma que essa é a situação de caos que está estabelecida.

Esse sucateamento se reflete de outras formas, nas relações de trabalho. É preciso que o policial esteja motivado, e a questão salarial é fundamental. No estado de Santa Catarina instituiu-se o curso superior para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, assim como na Polícia Civil e no sistema prisional. Isso é positivo e não podemos retroagir. Agora, é preciso que o salário seja compatível com essas exigências. É preciso que as relações internas nos estabelecimentos policiais e de bombeiros também sejam compatíveis com o cidadão de nível superior. Não dá para ter, no século XXI, um policial de nível superior e querer tratá-lo como se fosse um soldado da guerra do Paraguai. É preciso também que a cúpula, que as gerências, que a administração, que os cursos de formação ou de aperfeiçoamento de oficiais, de gestores e de sargentos também, por que não, compreendam isso e a necessidade de se relacionar, de coordenar, de comandar e de dirigir um efetivo cada vez mais capacitado, porque a sociedade exige que assim seja. Não é porque o salário não é atraente e os jovens com nível superior não querem entrar que temos que desistir do nível superior e voltar para a situação anterior. Precisamos avançar nos elementos que precisam de avanço. É fundamental e para a sociedade que todos os servidores da Segurança tenham curso superior em qualquer área do conhecimento. Isso é importante para o nível civilizatório, para o debate e para a qualidade do serviço. É importante para os policiais também se sentirem valorizados, a fim de que a sociedade e as autoridades parem de tratar o policial como um guarda que está lá para receber ordem e tão somente. É preciso que ele tenha a capacidade - e a maioria tem, felizmente - de discernir na legislação e nas relações sociais aquilo que é necessário e conveniente em cada situação.

Infelizmente, o poder público - e não vou citar nenhum governo porque, como disse, é uma história de pelo menos 20 anos de retrocesso - tem investido no sucateamento. Aí se chamou o agente temporário, no Corpo de Bombeiros, o guarda-vidas civil, que ganha R$ 75,00 por dia na praia. E ele tem que comprar a nadadeira, o uniforme, os óculos e um binóculo. Os óculos de proteção são uma necessidade de saúde e não de estética para o servidor que está na praia o dia inteiro submetido ao sol inclemente. E ele ganha R$ 75,00 por dia sem nenhum direito! Se quebrar a perna, é por conta dele, se sofrer um acidente, é por conta dele.

Então, esse é o nível da qualidade do serviço público. Precisamos refletir sobre isso e o estado precisa investir mais em segurança pública. O guarda-vidas civil quer R$ 100,00 por dia e, pelo menos, que o estado lhe dê as nadadeiras, os óculos, o binóculo e o uniforme. Ele está pedindo tão somente isso. É o bóia-fria da Segurança Pública.

Então, não podemos tratar os servidores da Segurança Pública, ou seja, o ser humano que é responsável por defender as pessoas no Corpo de Bombeiros, na Polícia Militar ou Polícia Civil, como um bóia-fria! Precisamos abandonar essa realidade de que o salário da Segurança Pública é o menor piso do estado. Isso é fundamental se quisermos melhorar a qualidade da segurança em nossa sociedade, além, é claro, de contratar mais efetivo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, gostaria de saudar os nobres colegas desta Casa, os funcionários, o público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital.

Estamos vendo uma série de movimentos contra a corrupção. Ontem mesmo, próximo à minha residência, na avenida Beira-Mar Norte, dava para ouvir a manifestação pública, legítima e correta, da qual sou partícipe porque defendo a ética na vida pública, com o objetivo de corrigir o que chamo de desvios da conduta política no estado e no país. Agora, uma das coisas que mais me preocupam, deputado Volnei Morastoni, é que a linha de intervenção, deputado Dado Cherem, deu-se sempre na direção do Congresso Nacional.

Também condenamos a absolvição da deputada Jaqueline Roriz pela Câmara Federal, e o PT sempre defendeu o voto aberto, tanto no Congresso Nacional quanto nesta Casa. Entendemos que a democracia se torna mais transparente quando as votações são todas abertas, com cada parlamentar assumindo sua posição claramente. Tenho convicção de que alguns companheiros do meu partido, em Brasília, também votaram pela absolvição da deputada Jaqueline Roriz, sob a lógica de que a Lei da Ficha Limpa, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, não vale para casos anteriores à sua adoção no país.

No entanto, tenho a clareza de que este país está-se tornando mais transparente, pois hoje a corrupção tem mais visibilidade na medida em que a Polícia Federal atua mais ativamente e que há recursos disponíveis para essa intervenção.

No entanto, temos que ter cuidado porque a corrupção não acontece por causa do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas ou por votações equivocadas, mas porque há sempre um corruptor que não é agente público. Esse movimento tem que ser dirigido também ao setor que controla juridicamente essas questões, já que há uma morosidade muito grande dos Tribunais de Justiça, no tocante a tomar posição quando essas coisas acontecem. E o que vemos é que a maioria dos corruptos de colarinho branco, depois de cometer seus crimes, quando são punidos, acabam conseguindo ser libertados.

Basta olharmos o caso de Salvatore Cacciola, que desviou mais de R$ 1 bilhão durante uma grande crise financeira do país. Depois, saiu do Brasil e foi para a Itália. Foi preso jogando no Reino Unido e extraditado. Quando chegou ao Brasil, ficou três anos preso e agora o Tribunal de Justiça determinou sua soltura. Pergunto: de quem é a responsabilidade pela liberação desse cidadão que desviou mais de R$ 1 bilhão dos cofres públicos?

Se existe corrupção é porque há um corruptor, que é quem produz o corrupto. Temos que ter agir em todos os setores e sob todos os ângulos! Sou partícipe desse movimento contra a corrupção porque isso é importante. Na Índia, recentemente, um novo Gandhi entrou em greve de fome contra a corrupção. Porque a Índia é considerada, dentro do rol dos países com alto índice de corrupção, um dos piores do mundo. Mas o Congresso daquele país começou a tomar posições claras e contundentes contra esse mal social.

Aqui também temos que fazer isso, acabando com o voto secreto, porque quem vota tem que assumir o seu voto a favor ou contra, mas tem que assumir, até mesmo abstendo-se.

E nessa lógica da corrupção, quero entrar na questão da Celesc, pois o sr. Lirio Parisotto, em declaração à mídia impressa, disse que o atual vice-governador sabia do desvio na Celesc. Ele afirmou que em 2009 comunicou ao então presidente da Celesc, atual vice-governador, que o contrato com a Monreal era prejudicial à empresa e que os problemas de contabilidade não eram novidade.

Deputado Volnei Morastoni, se na realidade não foram desviados R$ 51 milhões, onde eles estão, porque não dá para sumir com esse dinheiro todo de uma empresa como a Celesc e ninguém saber onde foi parar! E a KPMG? A empresa de consultoria contratada para fazer esse cenário, o que fala?

Na verdade, o contrato total com a Monreal é de R$ 133 milhões, referente a cinco anos e destinado a fazer a cobrança dos consumidores inadimplentes com a Celesc. Alguém sabe de algo mais fácil do que cobrar os devedores da conta de luz? É claro que não, porque basta fazer o corte do fornecimento e acabou o problema. Ou paga ou fica sem energia!

Agora, o que temos que ter claro é que grande parte dos devedores não são cidadãos comuns, porque o peão excluído, aquele que tem sua casinha, que gasta R$ 15,00, R$ 20,00 ou R$ 30,00 de energia por mês, paga! O cidadão simples paga porque sabe que depende do fornecimento, deputado Valmir Comin. Grande parte dos maus pagadores é formada de empresas. É no setor empresarial que está o grande problema. E a Celesc, em vez de cortar a luz dos inadimplentes, contratou uma empresa, pagando uma comissão de 13,5% sobre o valor cobrado.

Quando dizem que há corrupção, dizem que a propina é de 10%. Aqui são 13,5% com contrato assinado! Isso a imprensa não viu. Isso esta Assembleia não viu! Essa é uma questão oficial de desvio de recursos num montante de R$ 133,3 milhões pagos para reduzir a taxa de inadimplência da Celesc! Mas para resolver esse problema, basta que pessoas que não trabalham nessas estruturas sejam colocadas para cortar o fornecimento de energia. Aliás, esse é um sistema que tem que ser automatizado, pois em diversos lugares do mundo isso já acontece: desliga-se tão somente um botãozinho.

Temos que receber mais explicações sobre esse assunto, porque a média de cobrança em outras estruturas é menor, mas aqui se fala de 8% a 10%. Porém, num serviço desses, não poderia passar de 6% de comissão.

Então, isso nos preocupa porque sumir com R$ 51,7 milhões de uma empresa como a Celesc nos leva a pensar que outros recursos possam ter sido desviados de outros lugares. A minha opinião é de que temos que chamar a esta Casa a KPMG, que diz que está cobrando judicialmente o que a Celesc está devendo ainda, para saber onde foram parar esses recursos.

De qualquer maneira, quero parabenizar o sr. Lirio Parisotto, que é um investidor, que já esteve aqui no ano passado fazendo algumas observações sobre a gestão da Celesc e que agora assume que pessoalmente informou que discordava desse tipo de contratação, principalmente nos valores que estavam sendo pagos pela empresa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário é destinado ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, deputado Reno Caramori, cumprimento os demais deputados aqui presentes, o público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital.

Gostaria, neste momento, de fazer referência ao pronunciamento do nobre deputado Jailson Lima, com relação a toda a movimentação contra a corrupção que assola vários órgãos públicos do país. E quero parabenizar todos os organizadores da Marcha Contra a Corrupção, porque esta Casa tem, sim, procurado cumprir o seu papel com relação ao combate à corrupção.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina tem um papel a ser cumprido, que lhe foi conferido pela sociedade, que é o de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Mas devido à formação política do Brasil, que é uma federação, o poder ficou centralizado no governo federal, independentementede qual partido esteja no poder, e a capacidade legiferante ficou adstrita ao Congresso Nacional, que tem o poder, sim, de criar mecanismos legais, que possam efetivamente ajudar a sociedade no combate à corrupção.

Por esse motivo, as manchetes dos jornais, nas últimas semanas, referentes a esse movimento de combate à corrupção tratam de temas, na sua maioria, envolvendo problemas federais, nem todos do Poder Executivo nacional, como, por exemplo, a absolvição, pela Câmara Federal, da deputada Jaqueline Roriz, apesar de haver ficado inquestionável sua ação corrupta mostrada pela mídia, que deixou o Brasil inteiro chocado.

Quanto à manifestação pela derrubada do voto secreto, queremos registrar que o parlamentar representa uma parcela da população e nem sempre o seu voto tem que agradar a todos, porque ele deve votar com a consciência de que está fazendo o melhor para a sociedade.

Apesar dos escândalos de corrupção em todas as esferas de governo, federal, estadual e municipal, há a manutenção de lideranças que se eternizam no poder, como a inexplicável permanência na presidência do Senado de José Sarney, que representa uma página triste da vida política nacional.

Contudo, parece que agora os movimentos sociais, de uma vez por todas, estão-se voltando para isso e começam a cobrar de todos nós uma atuação pautada na ética. O Brasil precisa passar a limpo também as articulações políticas e exigir mais agilidade do Poder Judiciário, para que realmente a justiça chegue a todos e não apenas à área política.

É importante usar esta tribuna para falar à sociedade que, assim como em outros segmentos, seja na segurança, na medicina ou na prestação de serviços, existem profissionais éticos, dedicados, comprometidos, também nas Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional existem parlamentares éticos, focados e comprometidos com a moralidade pública.

Nós, que chegamos aqui através do movimento municipalista, através do trabalho que desempenhamos na prefeitura de Sombrio, muitas vezes ficamos chocado ao ver que a legislação que pune com rigor um prefeito, um vereador, não é a mesma que fiscaliza e pune com o mesmo rigor outras esferas de governo. A legislação que levaria, provavelmente, alguns prefeitos até para a cadeia, como já levou, em outras esferas de poder leva à absolvição.

Por isso, é preciso, sim, que a Corregedoria- Geral da União, que os Tribunais de Contas dos Estados e da União atuem com a mesma força, com a mesma energia com que atuam sobre agentes públicos como prefeitos e vereadores, sobre os de nível estadual e

federal. Principalmente no governo federal temos visto crimes se sucederem e penas serem abrandadas, incentivando com isso a corrupção.

Por isso, justifica-se e merece o nosso reconhecimento a marcha realizada no dia de ontem, em várias capitais brasileiras, pedindo o fim da corrupção. Trata-se de um movimento que nasceu nas redes sociais, que ganhou as ruas e que precisa da atenção da sociedade catarinense e da sociedade brasileira, a fim de que se encontre um caminho que impeça o excesso de recursos judiciais e crie um novo pacto federativo de repartição dos recursos do país.

É preciso que a população entenda que a corrupção não está somente na área política, mas também em outras áreas, em outras esferas da sociedade. Há corruptos e corruptores e é preciso que a sociedade também olhe para isso e ajude-nos a combater esses crimes. A boa aplicação do recurso público pode evitar, sim, a criação de novos impostos. Se aplicarmos corretamente os recursos de que já dispomos, não será preciso criar um novo imposto para que seja, por exemplo, regulamentada a Emenda Constitucional n. 29, que disponibilizará mais recursos para a saúde. Somente com o combate à corrupção, tenho certeza como gestor que fui, vai sobrar dinheiro para aplicar na saúde pública deste país, sem precisar criar novos impostos, que onerarão cada vez mais o setor produtivo catarinense e brasileiro.

Então, essa é uma bandeira que não é somente das redes sociais, não é somente da população, é também nossa, dos parlamentares: encontrar a solução para combater a corrupção e aplicar os recursos naquilo em que eles sejam mais necessários.

O debate com relação à regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 tem a ver com a má aplicação dos recursos e com leis que obrigam os municípios e estados, mas não obrigam o governo federal a determinadas despesas. A Emenda Constitucional n. 29 é clara nisso. Existe a obrigatoriedade que o prefeito aplique 15% em saúde, que o governo do estado aplique 12% em saúde, mas o mesmo não acontece com o governo federal, que deveria aplicar 10%.

Vi ontem, em Tubarão, pessoas esperando numa fila para serem atendidas em função da falta de financiamento público para a saúde. A tabela do SUS deveria remunerar os médicos, os profissionais da saúde, mas não o faz, porque o governo federal não aplica 10% do Orçamento na saúde, enquanto outras esferas de governo o fazem.

Combater a miséria é, sim, aplicar mais dinheiro na Saúde deste país, para que a população mais pobre tenha acesso à rede de benefícios que o SUS oferece.

Então, fica aqui registrado o nosso apoio, sr. presidente, à Marcha Anti-Corrupção...

(Discurso interrompido por término o horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, líder do governo, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, nesta manhã chuvosa, saímos às 5h30 de Lages para participar desta sessão e quase demoramos mais de Palhoça a Florianópolis do que de Lages a Palhoça. Levamos mais de uma hora de Palhoça até aqui.

Sr. presidente, já fiz um pedido de informação a ser encaminhado ao DNIT pedindo esclarecimentos sobre a BR-282, pois a cada três meses tem início uma obra naquela rodovia. V.Exa., deputado Reno Caramori, que passa constantemente por aquela estrada, sabe que ela está em construção há três anos e meio. Uma empresa vai e faz, outra vai e desfaz e assim vai. Deputado Dado Cherem, há obras que terminaram há três meses, não resistiram às chuvas e a pista já está cheia de buracos novamente. Uma obra mal planejada, mal feita, alguma coisa está errada. Portanto, merecemos alguma explicação, sim, do DNIT!

Neste momento, srs. deputados, quero ater-me um pouco ao pronunciamento do deputado Jailson Lima. Tenho um pouco de cautela com relação a essa questão, porque fui verificar o que está acontecendo. A primeira questão a levantar é que o relatório apresentado não é conclusivo nem foi aceito pela diretoria da Celesc, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração. Não é conclusivo! Tanto que foi aberto um inquérito administrativo para averiguar o que nele consta. O relatório faz suposições, deputado Dado Cherem, e em momento algum diz que sumiram R$ 51 milhões, mesmo porque não há como sumir R$ 51 milhões da empresa.

Tenho acompanhado nos jornais e já conheço bem essa história. Na hora em que se elogia o empresário Lirio Parisotto é preciso um pouco de cautela, porque todo mundo sabe que ele quer privatizar a empresa. Ele é um investidor, é um empresário, não mora em Santa Catarina e não tem compromisso nenhum com a questão social da Celesc. E não poderia ser diferente, ele quer privatizar a empresa da qual tem ações. Inclusive, já tentou isso no passado.

Já realizamos uma reunião com ele nesta Casa, pois estava tentando levar a Celesc para um novo mercado. Contudo, aprovamos uma emenda constitucional assegurando que qualquer modificação acionária da Celesc tem que passar, necessariamente, por esta Casa e por um referendo popular.

Então, não tenho a menor dúvida de que o interesse de Lirio Parisotto nessa questão da Celesc é somente a privatização. Se começarmos a elogiá-lo todos saberão que o destino da Celesc é a privatização. Por isso, tenho cautela, muita cautela nessa questão. Esse cidadão não defende os interesses da Celesc pública, da Celesc que faz um trabalho social, da Celesc que é uma agência de desenvolvimento. Devemos muito à Celesc. O que está em jogo é o lucro de alguns acionistas que querem levar a Celesc para um novo mercado, o que triplicará seus ganhos do dia para a noite.

Quando indaguei ao investidor Lirio Parisotto, aqui na Assembleia Legislativa, se o novo mercado que ele propunha para a Celesc poderia elevar o preço de suas ações em até cinco vezes, em uma semana, ele respondeu o seguinte, deputado Ismael dos Santos: "Não fiz os cálculos, mas acho que pode".

Então, tenham um pouco de cautela na questão da Celesc. Com relação à emenda à Constituição que garantiu estabilidade à empresa, já há um acordo com o governo. O deputado Dado Cherem, eu e o deputado Gelson Merisio estamos excluindo a Celesc do projeto que veio do Executivo. O governo concordou, a Celesc continuará preservada e somente um plebiscito poderá modificar sua atual situação acionária.

Ressalte-se ainda que o tal relatório é anônimo. Que confiabilidade há num relatório anônimo? Será que ele está inteiro? Que relatório é esse? Que parte foi distribuída? Alguém passou o relatório secreto para algum lugar?

Sei que há interesses, sim, na privatização da Celesc e tenho uma posição pessoal sobre essa questão desde o início, deputado Jailson Lima, ou seja, a Celesc deve continuar sendo uma empresa pública. Enquanto eu estiver nesta Casa como deputado, independentemente de governo, a minha posição é a mesma do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio: somos contra a privatização da empresa de energia elétrica do estado! Essa foi a razão de aprovarmos uma PEC, deputado Dado Cherem, assegurando isso.

Agora, cautela não faz mal a ninguém, porque interesses outros que não os da empresa e da sociedade catarinense.

Li agora no jornal *A Notícia*, na coluna *Canal Aberto*, de Prisco Paraíso, o seguinte:

"[...] a divulgação à imprensa do relatório - aparentemente parcial - da KPMG tem as digitais de grupos interessados em enfraquecer a gestão pública da companhia, abrindo espaço para sua definitiva privatização."[sic]

Então, venho aqui não para fazer a defesa do vice-governador e presidente do meu partido, Eduardo Pinho Moreira. Às vezes, levam as coisas para o lado político. Não acredito, deputado Dado Cherem, em fogo amigo. Acho que existe é fogo inimigo da Celesc pública. Isso, sim. Há outros interesses por trás disso, porque o que a Celesc fez para cobrar suas dívidas também é feito por outras companhias. Foi feito um contrato, através de licitação. Nada foi escondido.

Para quem está-nos assistindo, quero deixar claro que não existe esse tal sumiço de R$ 51 milhões da Celesc. Em lugar algum está escrito que sumiram R$ 51 milhões da Celesc. Por isso acho que, até prova em contrário, é preciso ter cautela com determinadas afirmações, pois é necessário esperar o resultado do inquérito administrativo que está em andamento.

Então, uso a tribuna nesta manhã chuvosa de quinta-feira para alertar aqueles que defendem a Celesc pública que é perigoso elogiar os que querem privatizá-la, porque no momento em que age assim, começo a ficar em dúvida se é isso que realmente quer.

Repito, tenho uma posição clara: enquanto eu for deputado e se depender de mim, a Celesc continuará pública!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Restam ainda alguns minutos do tempo do PMDB e pergunto aos deputados do partido se alguém deseja utilizá-los.

(Pausa)

Como não houve manifestação e ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente. dando continuidade ao assunto abordado pelo nobre deputado Elizeu Mattos, quero dizer, em primeiro lugar, que dois mais

dois são quatro. Se a empresa contratou uma consultoria que não descobriu onde está determinado valor, é preciso ir atrás. Em segundo lugar, se esse relatório foi apresentado ao conselho da empresa, ele deixou de ser anônimo ou de propriedade apenas da consultora. Em terceiro lugar, é verdade, sim, que aprovamos uma lei garantindo que a Celesc não seja privatizada.

Agora, independentementedo conceito que se tenha de Lirio Parisotto, foi o interesse privado que construiu internamente essa distorção inexplicável de valores, pagando a uma empresa uma comissão de sucesso fora dos padrões normais do mercado, ou seja, 13%. Assim, o foi investido para essa cobrança daria para informatizar toda a estrutura da empresa, tornando-a mais transparente e com uma metodologia de trabalho mais simples.

Em quarto lugar, srs. deputados, aprovamos uma legislação para não privatizar a Celesc, mas também para não privatizar a Casan, pois não somente a Celesc é uma empresa pública, a Casan também o é e as duas necessitam de investimento.

Então, não entramos no mérito do interesse de cada um dos atores. Estamos entrando no mérito da explicação que precisa ser dada acerca desses recursos que dizem que sumiram; se não sumiram, parabéns. Agora, não posso, em hipótese alguma, dizer que pagar R$ 133 milhões num contrato de cinco anos para cobrar de quem está devendo, cujo procedimento poderia ser o de, simplesmente, cortar o fornecimento de energia elétrica, é algo normal. Porque é como dizia, há pouco, o deputado José Milton Scheffer: trata-se de ineficiência na gestão pública.

O mesmo deputado José Milton Scheffer abordou a questão do financiamento da saúde pública no país. É lógico que, à medida que se dá eficiência à gestão, sobram recursos para investir em diversos setores. Mas a saúde necessita de uma fonte específica de financiamento, deputado Dado Cherem, e não podemos esquecer que a queda da CPMF retirou R$ 40 bilhões do setor, o que permitiria reajustar a tabela do SUS e pagar melhor os hospitais.

Quanto aos recursos do pré-sal, também estou de acordo, porém isso somente vai acontecer daqui a oito, dez anos, quando a produção de petróleo dessa fonte estará na sua plenitude. Mas o caso é que precisamos de recursos urgentemente, porque se a Emenda Constitucional n. 29 for aprovada este ano, o governo federal necessitará de uma fonte de recursos para dar suporte à sua execução.

O deputado Volnei Morastoni estará na ONU em um debate sobre doenças oncológicas. Quando estivemos com o ministro da Saúde, ficamos sabendo que o incremento de patologias cancerosas no mundo e no país, nos últimos dez anos, foi de 20%, sendo que 2% dos casos estão relacionados à alimentação.

Ontem fui comprar um medicamento e vi em cima do balcão da farmácia escrito o seguinte: "Aqui tem farmácia popular". Isso se refere aos remédios que a população pega gratuitamente e que são destinados ao controle da pressão arterial e do diabetes. Nós, que somos médicos, deputado Volnei Morastoni, sabemos o que é isto. Há quase 12 milhões de diabéticos neste país. No ano passado, quase cinco milhões de pessoas foram atendidas com dor torácica nos hospitais, muitos deles sem estrutura para atendimento.

Nos Estados Unidos, deputado Reno Caramori, os republicanos - e não os democratas, o que é até surpreendente - estão defendendo a tributação das grandes fortunas, alegando que os mais ricos têm que contribuir mais para a sociedade. Por que no Brasil tem que ser diferente? Ora, o setor financeiro nacional está lucrando muito. O capital aqui aplicado apenas para retorno em taxas de juros não paga imposto. Mas ficamos com esse falso discurso de que não se pode criar mais tributos.

Então, como estava dizendo, ao chegar à farmácia pedi à balconista a lista de medicamentos para pressão arterial e diabetes com os preços, caso quisesse comprá-los.

Para o controle da pressão arterial são os seguintes: a caixinha de *Captopril* 25mg, com 28 comprimidos, deputado Volnei Morastoni, custa R$ 15,87; a de *Enalapril* de 10mg, com 30 comprimidos, R$ 27,56; a de *Propranolol* 40mg, R$ 4,40; a de *Atenolol*, com 60 comprimidos, R$ 19,55; já a caixa de *Losartana Potássica*, com 14 comprimidos, custa R$ 13,58.

Com referência aos medicamentos para controle do diabetes, que são pegos gratuitamente nas farmácias, se fôssemos comprar custariam o seguinte: *Glibenclamida*, caixinha com 30 comprimidos, R$ 5,95; *Metformina* de 500mg, R$ 6,12 e de 850mg, R$ 8,48; insulina humana, R$ 47,49 o vidro, e a NPH de 100ml, R$ 30,37.

Todos esses medicamentos são fornecidos de graça! Isso não existia! E não há outro país do mundo que tenha uma política de distribuição de medicamentos como o nosso! Não há outro país no mundo que tenha uma política de distribuição de medicamentos retrovirais como o nosso, que tenha um sistema de saúde universalizado para uma população de 200 milhões de habitantes.

Isso tudo tem um custo e alguém tem que pagar. Não tenho a menor dificuldade em defender tributos para que tenhamos renda para dar suporte financeiro à Emenda Constitucional n. 29.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado Jailson Lima, v.exa. tem toda razão. A saúde não tem preço, mas tem um custo. Inclusive, esse é um *slogan* que a própria Federação dos Hospitais de Santa Catarina utiliza em suas exposições nas audiências públicas que estamos realizando em todo o estado para debater a situação da saúde e dos pequenos hospitais.

Na linha que v.exa. está seguindo, devo dizer que nenhum país do mundo ocidental, do mundo capitalista, oferece para a população o que o SUS oferece. Desde medicamentos gratuitos a exames, desde os mais diversos tipos de tratamentos às mais especializadas cirurgias.

Portanto, o que o SUS oferece para o povo brasileiro não há em nenhum lugar do mundo. Nem na França, que tem o sistema que poderíamos dizer que se aproxima ao nosso. Não há em nenhum país da Europa, em nenhum país do mundo ocidental, em nenhum país do mundo capitalista o atendimento que o SUS oferece, pois é o maior plano de saúde pública do mundo.

Agora, isso tem um custo e acho justo esse debate, inclusive no sentido de buscar uma fonte de financiamento para garantir essa grande conquista do povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Volnei Morastoni, já que v.exa citou a França, cujo governo é conservador, quero dizer que lá passaram a tributar grandes fortunas, para poder atender às demandas da saúde.

Mas quero registrar que o governo federal criou o cartão de controle para os municípios afetados pelas cheias, que é um cartão para situações de emergência. E os municípios contemplados pelo governo federal são Bom Jardim da Serra, Nova Friburgo, Petrópolis, Sumidouro, Teresópolis, Rio de Janeiro, Blumenau, Brusque, Gaspar, Itajaí e Rio do Sul, onde a Defesa Civil cadastrará as famílias para que recebam os recursos diretamente.

O governador Raimundo Colombo esteve em Brasília e assinou um protocolo para o repasse de R$ 30 milhões, dos quais R$ 7,5 milhões já foram repassados e o restante será liberado com a apresentação dos relatórios.

Rio do Sul está com cheias novamente e esse cartão visa exatamente a controlar as distorções...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aproveitando o discurso do deputado Jailson Lima sobre o cartão de emergência, gostaria de pedir permissão para retornar a Blumenau, pois o rio Itajaí-Açu, às 10h, segundo a última medição, estava 8,20m acima do nível normal. Isso significa que mais de duas dezenas de ruas já estão inundadas e a previsão é de que às 18h o nível do rio esteja 10m acima do leito.

Precisamos monitorar a situação do gabinete de crise, que foi instalado pelo prefeito da cidade. E a boa notícia aos catarinenses é que o sol deve trazer novamente seus lampejos amanhã, sexta-feira.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Na mesma esteira do deputado Ismael dos Santos, a deputada Ana Paula Lima me pediu que justificasse sua ausência, por ter sido obrigada a ficar em Blumenau em face da situação do rio Itajaí-Açu. A previsão é de que vai transbordar e inundar a cidade nas próximas horas, o que já evidencia uma enchente considerável a caminho, com todas as repercussões no vale do Itajaí. Além disso, Brusque já está com enchente há mais tempo e Itajaí está-me preocupando porque a água que descerá da barragem de Ituporanga logo chegará à minha cidade natal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Realmente, o caso é de calamidade. O deputado Silvio Dreveck me telefonou pela manhã para informar que está na sua região com problemas seríssimos e que teria que ficar lá para atender à sua comunidade.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, assomamos à tribuna na manhã de hoje com o mesmo sentimento de angústia, de preocupação dos demais deputados e de todo cidadão catarinense pelo momento que

estamos vivendo novamente, com as chuvas castigando o estado.

As informações dadas pelos colegas, pela imprensa e também pelas redes sociais são de que a situação começa a ficar preocupante devido aos alagamentos, aos deslizamentos, o que nos faz lembrar traumas vividos há pouco tempo em Santa Catarina. Então, com certeza acho que todos nós, daqui a pouco, deslocar-nos-emos para as nossas cidades, a fim de tentarmos ser úteis.

Sr. presidente, deputado Elizeu Mattos e srs. deputados, houve um tempo em que a sociedade nos outorgava um mandato e cobrava-nos somente depois de quatro anos aquilo que fora prometido. Hoje, a sociedade nos outorga o mandato, mas também quer participar dele no dia a dia.

Com o avanço da tecnologia, com o avanço das redes sociais e com a agilidade da própria imprensa, que nos informa a cada minuto o que está ocorrendo no mundo, o que antes levava semanas ou meses para tornar-se de conhecimento geral, hoje chega à sociedade de forma praticamente imediata, e aqueles que detêm informação, com certeza exigem dos detentores de mandato transparência nos atos, nas atitudes.

Por que falo isso, srs. deputados?

Poderia estar aqui elogiando a Marcha Anti-Corrupção, mas estou preocupado porque o exemplo para que ocorra esse tipo de marcha é dado muitas vezes pela própria classe política, quando não faz a lição de casa, quando não cumpre seu papel. Chega a ser repugnante quando vejo um caso parecido com aquele que ocorreu em Brasília, com a absolvição de uma representante popular, não vou nem chamar de deputada, corrupta. Tenho vergonha, pois a representação popular exige o cumprimento de alguns códigos de ética, de comportamento. E quando não os cumprimos, com certeza alguém manifestará sua indignação no seio da sociedade, que não está acostumada com esse tipo de jogo que enfrentamos no dia a dia.

Não estou aqui defendendo o presidente da Celesc nem o ex-presidente, mas me preocupo quando vejo a notícia de que de repente sumiram R$ 51 milhões, pois é um valor significativo! Não são R$ 5,00 nem R$ 5 mil, são R$ 51 milhões que de uma hora para outra deixaram de existir, fato para o qual não existe uma explicação plausível!

Isso me preocupa porque é uma informação muito forte, mas tenho certeza de que as explicações virão no decorrer do tempo. Repito, não estou aqui para defender o dr. Eduardo Pinho Moreira, ex-presidente da Celesc e nosso atual vice-governador, mas tenho certeza de que devemos ter muito cuidado ao abordar esse tema, porque acredito sinceramente que houve a aplicação correta desses recursos.

Quando fui secretário de estado da Saúde, um determinado colunista político, através da informação de um partido político, publicou no jornal que, como secretário, eu havia feito uma dispensa de licitação no valor de R$ 200 milhões. Fiquei preocupado, fui atrás para esclarecer o problema, porque não era verdade, e descobri que no final do documento oficial que o colunista havia recebido constava o seguinte: "Dispensa, inexigibilidade de licitação". Contudo, por motivos políticos, o comentário foi de que eu havia dispensado a licitação.

Moral da história: passei seis anos, srs. deputados, respondendo a um processo no Tribunal de Contas do Estado, gastando tempo, gastando dinheiro, contratando advogado, com vergonha de piadinhas que corriam na minha secretaria. Todos sabem que há uma imprensa marrom que gosta de judiar e que publica na capa do jornal coisas absurdas, que depois temos que correr atrás para explicar ao eleitor que aquilo não é verdade, enquanto ele é bombardeado com informações todos os dias.

Graças a Deus, depois de seis anos, em 2011, o Tribunal de Contas do Estado resolveu arquivar aquele processo instaurado em função da denúncia de dispensa de licitação no valor de R$ 200 milhões. Na verdade, naquela secretaria a dispensa de licitação nunca passou de R$ 38 milhões em dois anos, inclusive tendo que realizar compra por ordem judicial. Então, quando vejo essa situação fico preocupado porque já senti na pele o que é isso e o que pode acarretar uma notícia desse tipo.

Escutei muitas vezes o governador Luiz Henrique da Silveira, por quem tenho profunda admiração e respeito por tudo o que fez pelo estado de Santa Catarina e está fazendo pelo Brasil, relatar o que escutara de Ulysses Guimarães: "Ou nós mudamos ou seremos mudados".

Então, está na hora de mostrarmos que temos condições de mudar alguns hábitos políticos, algumas práticas políticas maléficas que se perpetuam neste país, principalmente no compadrio da votação secreta.

Esta Casa, graças a Deus, tem dado bons exemplos, corrigindo aquilo que está errado. Como disse o nosso presidente, muitas vezes erramos, mas a sociedade não aceita que se compactue com o erro. Temos, sim, o dever de melhorar a imagem, o dever de acertar e caminhar juntos rumo à satisfação dos anseios sociais.

Quero registrar que temos, cada vez mais, que ter muito cuidado ao assomarmos à tribuna para comentar alguma informação. É uma coisa preocupante porque, de uma hora para outra, uma informação maldosa, com interesses escusos, pode acabar com o mandato de alguém, com a vida de alguém.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Deputado Dado Cherem, quero parabenizar v.exa. porque, realmente, quando alguém divulga alguma coisa, principalmente com relação a altos valores, precisa ter responsabilidade, porque será difícil corrigir a informação depois.

Aproveito este momento para agradecer ao PSDB, a v.exa., líder da nossa bancada, ao deputado Marcos Vieira, a todos os demais parlamentares, e dizer que foi uma grande satisfação estar nesta Casa durante esses 60 dias, nos quais pude trabalhar muito, pude elaborar vários projetos e, com certeza, contribuir com a minha região. Acima de tudo, quero dizer que todos os srs. deputados e sras. deputadas contribuíram muito com o meu crescimento pessoal e com o meu currículo. Tenho certeza de que sairei daqui mais preparado!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Quero também dizer que a imprensa tem o dever de divulgar a informação, mas de forma correta. Esse é o seu papel. Agora, o que me preocupa é de que maneira será interpretada a notícia e qual é o interesse que há por trás daquela verdade ou daquela meia verdade.

Mas quero deixar um abraço ao deputado Daniel Tozzo e dizer-lhe que foi muito bem-vindo a esta Casa, pois com certeza contribuiu muito com o seu mandato para o oeste do estado. V.Exa. agora tem domicílio eleitoral na cidade de Chapecó, com sua família, o que é muito importante. Muito obrigado por sua contribuição! Queremos vê-lo novamente nesta Casa, o mais rapidamente possível.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0261/2011 e 0386/2011, de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0278/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0280/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0305/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0370/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0491/2001, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 1.159/2011, 1.160/2011, 1.161/2011, 1.162/2011 e 1.163/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.166/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; e 1.176/2011, de autoria do deputado Ciro Roza.

Requerimento n. 1.164/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o envio de mensagem ao presidente do Senado federal, pedindo esforços no sentido de colocar na pauta da Ordem do Dia o PLC n. 0029/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.165/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que solicita o envio de mensagem ao superintendente do DNIT, pedindo a instalação de lombada eletrônica no KM 37 da BR-470, no trevo de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, inscrevi-me para trazer a esta tribuna um determinado assunto, mas lendo o jornal de ontem, especialmente a coluna do renomado jornalista Rafael Martini, do *Diário Catarinense,* entendi que houve um pequeno equívoco nos apontamentos que ele fez na sua coluna, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Não satisfeito com a apologia ao uso das armas, Caramori citou a recomendação de outro conhecido, que ele definiu como seu amigo delinquente por duas vezes, para que o parlamentar também andasse armado. Com amigos assim, quem precisa de polícia?"[sic]

Para que não pairem dúvidas, para que se restabeleça a verdade neste plenário, pois prezo muito a imprensa em todos os sentidos, e como não gosto que me pisem no pala, como diz a poesia de Jayme Caetano Braun, passarei a ler as notas taquigráficas sobre o nosso pronunciamento.

(Passa a ler.)

"[...]

Um delinquente que conheço há muito tempo, há poucos dias dizia-me que prendem num dia e soltam no outro. Mas ele me disse o seguinte: 'Reno, vocês são os maiores incentivadores! Vocês mostram quanto é importante andarmos armados e vocês não! O governo faz campanha do desarmamento', ele disse para mim, 'e enquanto toma as armas de vocês, propõe a entrega das armas de vocês, nós, não, porque não vamos comprar arma em botecos, compramos em outros locais.'

Enquanto o delinquente souber que o homem de bem não tem uma arma para a sua defesa em casa, para a defesa pessoal, hoje, lá no interior, deputado Edison Andrino, estão assaltando propriedades rurais! Lá em Caçador, um amigo meu, se não tivesse uma arma dentro de casa, teria morrido nas mãos do assassino e veria roubado todo o seu dinheiro, produto da venda de um terreno. A sorte é que ele tinha uma arma e tocou fogo num, baleou outro, amarrou outro e depois chamou a Polícia para prender.

Assim é que tem que ser feito! Não podemos ter um policial para cada cidadão, essa é a grande razão. E a Polícia não tem condições de cuidar de tudo. Agora, a partir do momento em que o delinquente tiver dúvida de que a gente possa estar armado, ele vai-se cuidar e respeitar mais a propriedade privada."[sic]

Então, para que se restabeleça a verdade, quero que fique muito claro que apenas conheço o tal delinquente, não sou seu amigo! A Polícia também o conhece! Mas é aquilo que sempre digo: o rapaz é menor, não há lugar para onde possa ser recolhido. Assim, quando pratica um ato infracional, é preso, mas logo em seguida tem que ser solto por força de lei.

Srs. deputados, quando o presidente Lula lançou a campanha do desarmamento vim para esta tribuna, sr. presidente, alertar para os problemas que adviriam. Temos, é verdade, que desarmar os maus elementos, colocar as Polícias na rua e a Justiça em cima dos bandidos, daqueles que prejudicam a sociedade. Não nos preocupemos com os homens de bem que mantêm, muitas vezes forçosamente, uma arma em casa para poder defender-se na hora "h".

Quero que fique bem registrado que sou contra o desarmamento dos homens de bem. A lei devia reconhecer a importância da segurança de cada cidadão. Eu tenho direito de me defender. Sou um ser humano. Não vou andar com um policial ao meu lado todos os dias, ninguém faz isso! Agora, a partir do momento em que pairem dúvidas, que aquele que quiser abordar-me achar que tenho uma arma em casa para me defender, pensará duas vezes em fazê-lo.

É este o meu ponto de vista: vamos prender os delinquentes, os bandidos. A sociedade, muitas vezes, preocupa-se com outros detalhes e esquece o quanto é importante o cidadão ter direito de defender sua integridade física e patrimonial.

Por isso, meu amigo jornalista, gostaria de conversar com você pessoalmente para podermos esclarecer algumas dúvidas. Ocupei a tribuna para restabelecer a verdade. É óbvio que não sou perfeito, ninguém o é. Você pode ter entendido, na hora dos seus apontamentos, que declarei ser amigo de um delinquente. Não! Sou amigo do cidadão de Caçador que tinha uma arma embaixo da cama, que conseguiu defender-se e prender dois bandidos. Esse é meu amigo! O outro não é meu amigo.

Quero lamentar a informação que recebi há pouco de Sérgio Bisotto, da Defesa Civil do município de Caçador, minha terra, que o rio do Peixe já desalojou 40 famílias. E se a chuva continuar, haverá mais 150 famílias que moram em áreas de riscos que serão desalojadas também. O rio está subindo muito, as chuvas continuam e a Defesa Civil, a associação comercial e os Bombeiros Voluntários de Caçador, que passaram a noite inteira trabalhando, porque eles compõem, praticamente, o efetivo da Defesa Civil, os ex-atiradores do Tiro de Guerra, o CDL, o Rotary, o Lions Club e a Maçonaria estão todos envolvidos na defesa daqueles que poderão ser removidos das suas residências. As empresas, inclusive, ofereceram seus caminhões para fazer as mudanças.

Portanto, faço este registro porque realmente essa calamidade pode alastrar-se.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, na verdade, tinha dois assuntos para abordar em horários diferentes, mas agora vou fazer uma rápida referência a eles, até porque na semana que vem estaremos participando das audiências do Orçamento Regionalizado, fato que cancelou as nossa sessões plenárias. Além disso, na outra semana estarei participando, em Nova Iorque, como convidado da comitiva do governo brasileiro na reunião da ONU sobre as doenças crônicas não transmissíveis.

Inicialmente, quero fazer referência ao Hospital Florianópolis, sobre o qual teremos uma audiência, às 14h, com o secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira O referido hospital, localizado no bairro do Estreito, que é referência para toda a comunidade e para os municípios da região, está sendo reformado há quase três anos. A preocupação da comunidade refere-se ao fato de o governo do estado ter denotado a intenção de passar sua administração para a gestão de uma organização social.

Vamos apresentar ao secretário Dalmo Claro de Oliveira o relatório de uma audiência pública realizada nesta Casa, que enfatiza a importância de que aquele hospital seja um hospital geral do SUS, portanto, 100% público. Além disso, a comunidade prefere que ele continue sob a gestão direta do governo do estado, através da secretaria estadual de Saúde.

Também vamos levar ao secretário outro documento, que é o relato da visita que realizamos ao Hospital Florianópolis no dia seguinte à audiência pública realizada nesta Casa, acompanhados dos vereadores da capital e da comunidade.

Há necessidade de se fixar uma data para a conclusão das obras e também que a secretaria estadual de Saúde as acompanhe diretamente. A verdade é que a secretaria não possui nenhum técnico para fazer esse acompanhamento e depende do Deinfra.

Vamos levar também ao secretário um documento do Ministério Público do Trabalho, cuja recomendação é que não se proceda a mais nenhuma contratação nem no Cepon nem no Hemosc, a não ser por concurso público. Levaremos ainda documentos da Associação Amigos do Hospital Florianópolis. São vários relatórios que tratam do andamento da reforma, da lerdeza das obras, da preocupação da comunidade com o hospital, além de alguns documentos da Câmara Municipal da capital.

Por último, seremos portadores de um amplo abaixo-assinado, com milhares de assinaturas da comunidade de Florianópolis, especialmente do Estreito e da Coloninha, mas também de toda a Grande Florianópolis, pedindo a reabertura do Hospital Florianópolis 100% público e sob a administração direta do poder público estadual. Inclusive, há um complicador na intenção do governo de terceirizar a sua administração em prol de uma organização social: aquele hospital é remanescente do antigo INPS e ainda há servidores federais trabalhando. Assim, pelo que me consta, o próprio prédio é um patrimônio público federal e não estadual e com certeza haverá impedimentos, haverá óbices, haverá dificuldades para que o governo perpetre o intento de terceirizar sua administração.

Então, tudo isso apresentaremos ao sr. secretário e se necessário for, solicitaremos, como passo seguinte, uma audiência com o governador do estado para tratar do mesmo assunto: a defesa do Hospital Florianópolis como um hospital público, 100% pelo SUS, sem a administração por uma organização social.

Srs. deputados, também gostaria de fazer referência a outro assunto que não tem nada a ver com a saúde: o sistema ferroviário com o qual nosso estado sonha há muito. Na verdade, já demos passos bem largos no sentido de sair do sistema unimodal, com o transporte centrado no setor rodoviário. Precisamos desenvolver o setor ferroviário e integrá-lo aos setores rodoviário, aeroviário e hidroviário.

O Brasil está caminhando para ser a quinta economia global e não se admite que Santa Catarina, com os importantes portos que possui e que estão com as portas abertas para o mundo, para as exportações e para as

importações, continue centrada no sistema unimodal rodoviário.

Tive a oportunidade de visitar portos na Europa, na China, na Rússia, enfim, no mundo todo, até porque Itajaí tem um porto que, embora pequeno, é exemplar pela alta eficiência, pela resolução e pelo dinamismo. Nessas ocasiões observei que em muitos países os portos estão integrados a um sistema multimodal, ou seja, os portos estão integrados às ferrovias.

Em Santa Catarina temos a perspectiva concreta de três importantes ferrovias: a Ferrovia Litorânea, ligando o porto de Imbituba ao porto de Itajaí e ao porto de São Francisco do Sul; nascendo também em Itajaí e indo em direção a Chapecó e Dionísio Cerqueira, a Ferrovia do Frango, a Ferrofrango, que a partir de Dionísio Cerqueira, indo à Argentina e ao Chile, no porto de Antofagasta, constituir-se-á no chamado corredor bioceânico, que ligará o oceano Atlântico ao oceano Pacífico por via ferroviária. A terceira possibilidade é o grande corredor ferroviário norte/sul ou sul/norte, como queremos chamar, que irá de Belém do Pará ao porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, passando, portanto, por Santa Catarina.

Quanto à Ferrovia Norte/Sul, que já está em franco andamento a partir do norte do país, queremos que também tenha início uma frente de trabalho no sul, partindo do porto de Rio Grande, mas com frentes de trabalho no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Essa é uma perspectiva que já se está concretizando, pois o DNIT já abriu os processos licitatórios de EIA-Rima e os estudos básicos para...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, faço uso da tribuna na manhã desta quinta-feira para tecer três comentários.

O primeiro se destina a corroborar aquilo que o deputado Volnei Morastoni colocou com relação ao conceito do sistema modal para Santa Catarina e para o Brasil. Houve a inversão do modal nacional depois de 1960, pois tínhamos 35.000km de malha ferroviária e chegamos a ficar com apenas 22.000km. Agora já estamos com 28.000km, com a participação do governo federal e também da iniciativa privada, através das PPPs.

Evidentemente, precisamos integrar não apenas a Leste-Oeste com a Translitorânea, mas também o porto de Rio Grande e de Paranaguá, compondo a malha ferroviária nacional, a fim de tornar o sul do Brasil mais competitivo. Aliás, o custo Brasil por tonelada - custo rodoviário - é de R$ 110,00; o custo do transporte ferroviário é de R$ 75,00 e do transporte hidroviário, R$ 45,00.

Evidentemente, houve uma inversão de valores devido ao *lobby* feito pelos setores automobilístico e de pneus, o que acabou engessando o país. Tínhamos um PIB igual ao da China em 1982, hoje aquele país já nos ultrapassou. E um dos motivos é justamente a opção equivocada do sistema modal, eliminando quase que completamente o transporte ferroviário e incentivando o transporte rodoviário.

Por isso, a integração das ferrovias é fundamental, o que foi muito bem explicitado pelos representantes da Fiergs, da Fiesc e da Fiep, juntamente com a bancada federal catarinense, dentro de um conceito logístico do sistema modal do sul do Brasil integrado ao Mercosul.

Saí de Criciúma às 5h40 de hoje e cheguei à capital às 9h20. O trecho da BR-101 que percorri é muito mal sinalizado, principalmente em dias de chuva, além dos inúmeros buracos que há na pista, o que requer um cuidado redobrado. Mas vim escutando o comentário do jornalista Adelor Lessa, na Rádio Som Maior Premiun, sobre a polêmica com relação à via rápida, ou seja, o acesso de Criciúma à BR-101.

Esse tema foi muito debatido no ano passado e também no início deste ano, quando a comitiva do governo esteve na região. Ficou estabelecido que essa via rápida seria elencada como prioridade, pois é a maneira mais rápida de ir do centro de Criciúma à BR-101, até mesmo em função do aeroporto regional de Jaguaruna, que deverá ficar pronto no final do ano e entrar em operação já no ano que vem, com a perspectiva de ter, inclusive, um terminal de cargas.

Foram colocados R$ 50 milhões no Orçamento para a obra, mas de repente, de uma hora para outra, mudaram a concepção do projeto dizendo que não será mais uma via rápida, mas uma via normal, uma via comum, sendo eliminados os viadutos, a fim de baratear o custo da obra.

Então, estamos promovendo contatos; hoje ainda estarei com o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e na terça-feira próxima, com o governador, para que possamos resgatar o projeto original, que foi destacado como prioridade, deixando em segundo plano o anel de contorno viário de Criciúma que há mais de 14 anos vem sendo executado e ainda não está concluído. Mas precisamos integrar esse anel que interage com todos os municípios da região carbonífera e essa via rápida é muito importante porque facilitará a mobilidade e a acessibilidade à BR-101.

Iremos, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, promover uma audiência pública ainda no final deste mês. Na próxima terça-feira, na reunião dessa comissão, vamos agendar essa audiência, que provavelmente será realizada na Câmara Municipal de Criciúma, e vamos acabar de uma vez por todas com esse boato, resgatar o projeto original da via rápida e promover o desenvolvimento daquela região. Aliás, em todos os debates, nos programas eleitorais, todos os candidatos diziam que o estado tem um débito com o sul. Então, acho que é chegada a hora de resgatarem esse débito, começando pelo acesso à BR-101 através da via rápida.

Gostaria, sr. presidente, de falar sobre um assunto que já levei à Mesa Diretora desta Casa por reiteradas vezes e o presidente já tomou providências. Refiro-me à questão do empréstimo consignado aos funcionários efetivos e comissionados desta Casa, inclusive aos srs. deputados.

O Banco do Brasil, através de um entendimento, conseguiu a conta da Assembleia. A Caixa Econômica Federal, que à época estava estabelecida nesta Casa, saiu e o Banco do Brasil se instalou - hoje está no Tribunal de Justiça, por conta das obras, mas já está voltando para cá.

No empréstimo consignado direcionado aos funcionários públicos desta Casa, aos efetivos e aos comissionados, os juros são de 1,91%. No entanto, descobri, acessando à folha de um funcionário do Tribunal de Justiça, que lá os juros são de 1,41%, ou seja, 0,5% a menos. Isso faz diferença no contracheque e no bolso dos servidores no final do mês.

O que há de mais interessante do lado de lá comparado ao lado de cá? O presidente, deputado Gelson Merisio, tomou a decisão de chamar a direção do Banco do Brasil, através do chefe de gabinete desta Casa, mas parece-me que a gerência está resistindo muito em repactuar essa situação, proporcionando a mesma condição do TJSC à Alesc. Afinal de contas, todos são funcionários públicos, não importa de que órgão. Parece que agora vieram com uma proposta de 1,60%, o que ainda é inadmissível!

Diante disso, o presidente já determinou o rompimento, a rescisão do contrato com o Banco do Brasil. Esperamos que a direção do banco tome as devidas providências e que as mesmas taxas aplicadas aos funcionários do Tribunal de Justiça - não sei quanto ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado - sejam oferecidas aos nossos servidores.

Esse é um assunto importante e pertinente, afinal de contas, 0,5% é praticamente o juro da poupança. Além disso, qual é o caráter do Banco do Brasil? Qual é a linha, qual a sua vertente social nesse processo todo? Quer dizer, saiu a Caixa Econômica Federal para entrar outro banco oficial, que se diz do Brasil, mas, no entanto, na prática, não é o que estamos vendo.

Por isso fiz questão, sr. presidente, de trazer esse assunto à tribuna, já que está havendo muita resistência por parte da gerência do Banco do Brasil em reduzir a taxa de juros. Considero incoerente e inaceitável essa condição. O que há do lado de lá melhor do que do lado de cá? Somos todos seres humanos, brasileiros, pagadores de impostos, funcionários públicos, mas todos trabalhadores.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin.

V.Exa. tem razão, afinal de contas, a fonte de pagamento do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e da Assembleia Legislativa é a mesma. Então, não há motivo para haver tratamento diferenciado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses, imprensa, quero abordar um assunto muito interessante e do qual, ao longo do tempo, percebemos a importância.

Poderíamos dizer que a humanidade passou por grandes avanços a partir da roda, da energia elétrica, da cerâmica, que fez com que a população da época pudesse armazenar mantimentos. Depois, tivemos um momento mais moderno, mais atual, com a televisão, o telefone, a internet e, no caso da internet, houve o avanço da rede mundial, que logo depois perdeu um pouco para a telefonia móvel. Lembro-me que, há pouco tempo, a telefonia móvel era coisa para rico. Quando poderíamos imaginar que a telefonia móvel no Brasil teria mais aparelhos telefônicos do que habitantes?

Quando da implantação da telefonia móvel, pagava-se tanto para receber uma ligação quanto para ligar. Lembro-me que quando isso acabou, Jô Soares, que era garoto

propaganda desse novo momento da telefonia celular, dizia: "Alô, fala quem paga!" Ou seja, houve uma evolução!

Hoje a telefonia móvel está vivendo um momento em que todos têm um aparelho. Veio a evolução de paga quem liga, veio a evolução dos pré-pagos, pós-pagos e dos *tablets*. Com o sistema 3G, veio a possibilidade de ter, via telefone, por exemplo, acesso à *internet*, ou seja, um sistema de dados para acessar a rede mundial. Com isso veio o que hoje está derrubando governos, está promovendo passeatas, como a que ocorreu ontem, em Brasília, contra a corrupção, conclamada pelas tais redes sociais. O *Orkut* já é uma coisa mais antiga, pois hoje já temos o *Facebook*, que está ocupando um grande espaço e, principalmente, o *Twitter*, que praticamente é o que uso.

Gostaria de falar um pouquinho sobre isso, porque essas redes sociais proporcionaram ao cidadão comum a possibilidade de ter, a preços reduzidos, a informação *on-line*, no momento em que está acontecendo. E elas servem tanto para transparência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto para a transparência do nosso mandato, para dizer onde estamos e o que estamos fazendo. Hoje não há somente *tablets* ou *smartphones*, que são modernos aparelhos telefônicos, há também os *Ipads* e os *galaxys* da vida, ou seja, isso vai sofrer uma evolução muito grande. Em Curitiba existe a Positivo, que já está lançando no mercado alguns *tablets*, dando a possibilidade de a pessoa estar *on-line* com a notícia.

Gostaria, sr. presidente, de falar exatamente desse serviço, que v.exa. usa muito bem, num momento de emergência. Como presidente da comissão de Defesa Civil desta Casa, acredito que a informação, num momento de emergência, é extremamente importante, ao ponto de desenvolvermos, juntamente com o Centro de Apoio a Emergências, o Ceped, da Universidade Federal de Santa Catarina, um seminário aprovado esta semana pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, que vamos realizar ao longo dos próximos meses, através da UFSC e da Escola do Legislativo, para aprender como agir na proteção civil.

O que é isso? Quando se fala em proteção civil, refere-se a antes, durante e depois do episódio. Não podemos ter a informação, como estamos tendo hoje, por exemplo, nas redes sociais. Antes de ocupar esta tribuna estava vendo a foto da cidade de Blumenau quase tomada pelas águas. Estou acompanhando, por exemplo, pelo *Twitter* que Rio do Sul, cidade do deputado Jailson Lima, está com grandes problemas causados pelas chuvas.

Mas o que precisamos, srs. deputados, para nos prevenir ou usar melhor a informação disponibilizada pelas redes sociais, fazer com que ela possa ser utilizada de forma correta, para não criarmos pânico, por exemplo.

Quando aconteceu a enchente, em 2008, no Morro do Baú, deputado José Milton Scheffer, o prefeito de Ilhota reclamou porque um jornalista, em rede nacional, veiculou uma matéria dizendo que a cidade estava destruída, quando, na verdade, tratava-se apenas de um bairro, de uma pequena localidade. Isso trouxe benefícios para a cidade? Não. Trouxe malefícios! Sim. Por quê? Porque grande parte do município vive da confecção de *lingerie*, e quando as pessoas tomaram conhecimento da "destruição", entre aspas, de toda a cidade, o que não era verdade, pararam de acorrer ao comércio de Ilhota e houve uma queda significativa no movimento econômico.

Então, temos que aprimorar algumas questões, o sincronismo da informação. Temos que saber utilizar a informação para não criar pânico, mas, também, para incutir nas pessoas a preocupação da prevenção. E esse seminário que realizaremos nos próximos meses com a Universidade Federal de Santa Catarina e com a Escola do Legislativo, objetiva justamente preparar as fontes, ou seja, a assessoria das prefeituras, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Polícia Civil, das Câmaras de Vereadores, enfim, visa preparar todos os envolvidos na defesa civil, ou seja, as fontes, que vão passar as informações para os veículos. E estaremos trabalhando com rádios, TVs, jornais, blogueiros e todos que queiram fazer esse curso.

Há pouco, um cidadão que estava indo para o sul postou no *Twitter,* ao passar pelo morro de Paulo Lopes, que as pessoas tivessem cuidado ao passar por aquele trecho e olhassem para cima porque a terra estava escorregando. Isso é instantaneidade!

Quando fiz a faculdade de Jornalismo, falávamos que o rádio sempre ia ser o rádio por causa da instantaneidade. O jornal, por outro lado, sai sempre um dia depois do fato acontecido; a televisão exige a edição para colocar ao meio-dia o que aconteceu pela manhã; à noite, o que aconteceu à tarde; e no fim da noite, o que aconteceu no início dela. Mas hoje o rádio está perdendo para as redes sociais. A instantaneidade agora é *on-line* nas redes sociais.

Nós, como parlamentares, podemos aprender a trabalhar com as redes sociais não somente na interação com o eleitor, com o cidadão comum, mas utilizá-las para divulgar, para trazer a informação, a prevenção a Santa Catarina. Infelizmente, cada dia estamos sofrendo mais por conta das chuvas, das enxurradas, do granizo, enfim, de todas essas questões climáticas que geram emergências.

Parabéns a todos os que estão utilizando corretamente a informação. Parabéns aos cidadãos comuns, que fazem da rede social um meio de defesa. E que este Parlamento utilize as redes sociais e suas informações cada vez mais, principalmente em momentos de dificuldade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Também quero solidarizar-me com todos os municípios que sofrem com as chuvas e depois do término desta sessão, vou dirigir-me à minha cidade, Rio do Sul, que está com problemas em decorrência das chuvas.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para sábado, às 15h, em Canoinhas, em homenagem ao centenário do município.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 303, de 13 de setembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art.85, inciso VII, da Lei nº 6.745, de 1985, c/c a Resolução nº 012, de 22 de dezembro de 2009 c/c o Ato da Mesa nº 315, de 19 e maio de 2010, deste Poder,*

CONCEDER GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE pela prestação de serviços em locais insalubres, de grau médio - 30% (trinta por cento) do valor do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, nível 30, do Grupo de Atividades de nível Médio, a servidora abaixo relacionada, lotada na Coordenadoria de Saúde e Assistência.

Matr	Nome do Servidor	Setor	a partir	Proc. nº
1401	Márcia Bittencourt da Silva	Enfermagem	31/05/11	0698/2011

Deputado GELSON MERISIO - Presidente
Deputado Antônio Aguiar - Secretario
Deputado Reno Caramori - Secretario

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 23ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2011.

Às nove horas do dia seis de setembro ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Luiz Eduardo Cheren, Adilor Guglielmi, José Nei Alberton Ascari, Elizeu Mattos, Volnei Morastoni, Dirrceu Dresch, Silvio Dreveck substituindo Joares Ponticelli. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação as atas da 22ª reunião ordinária e a 4ª Reunião Simuntânea, que colocada em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0220.0/2011, exarou parecer favorável, voto vista pela diligência do Deputado Dirceu Dresch, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade o parecer deste último; o Projeto de Lei Complementar de nº 016.4/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0339.3/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Adilor Guglielmi** relatou o Projeto de Lei de nº 337.1/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Dado Cherem; o Projeto de Lei de nº -0187.5/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0101.5/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei de nº 0296.9/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Sargento Amauri Soares e o Projeto de Lei de nº 0335.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Direceu Dresch** relatou os Projetos de Lei de nºs 0367.7/2011, 0356.4/2011 e 0347.3/2011, exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Deputado Elizeu Mattos** relatou o Projeto de Lei de nº 0222.2/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar de nº 037.9/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch e o Projeto de Lei de nº 0336.0/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Silvio Dreveck** relatou o Projeto de Lei de nº 0357.5/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei de nº 0245.4/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete aos Deputados Dirceu Dresch e Elizeu Mattos e o Projeto de Lei Complementar de nº 025.5/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista aos Deputados Elizeu Mattos e Dirceu Dresh. **O Deputado Dado Cherem** relatou o Projeto de Lei de nº 0269.6/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Romildo Titon** relatou o Projeto de Lei de nº 0329.1/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0330.5/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e os Ofícios de nº 0261.5/2011, 0386.6/2011, o Projeto de Lei de nº 0370.2/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, no qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presença ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 06 de setembro de 2011.

Deputado Romildo Titon
Presidente

*** X X X ***

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia trinta e um de agosto de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Darci de Matos, Neodi Saretta, Elizeu de Matos substituindo o Deputado Aldo Schneider, Manoel Mota, Silvio Dreveck e o Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão as Atas da 19ª e 22ª reunião que em votação, foram aprovadas por unanimidade. O Senhor Presidente Deputado Gilmar Knaesel, comentou sobre o veto total das emendas e informou que o Presidente da Casa retirou a matéria de tramitação do Plenário no dia trinta e um de agosto de dois mil e onze. O Presidente apresentou então aos Senhores Deputados o Projeto de Resolução no qual se refere: Art. 1º O artigo 302 da Resolução nº 05/2008, alterada pela Resolução nº 03/2009, passa a vigorar com a seguinte redação. Art.302. Recebida a mensagem de veto, será ela imediatamente publicada e remetida à Comissão de Constituição de Justiça ou à Comissão de Finanças e Tributação quando se trata de VETO aos projetos referidos no art.122 da Constituição Estadual. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade, o mesmo foi distribuído para assinatura de todos os Senhores Deputados. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PL./0333.8/2011, que dispõe sobre a regularização de operações de crédito celebradas pelo Estado de Santa Catarina com as Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC e com a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, trinta e um de agosto de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e três de agosto do ano de dois mil e onze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da oitava reunião ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Daniel Tozzo, Silvio Dreveck, Altair Guidi, Manoel Mota, Angela Albino, Jorge Teixeira. Em seguida, colocou em discussão e votação os Projetos de Lei nºs 0118.3/11; 0165.0/11; 0172.9/11; 0202.9/11; 0246.0/11; 0264.1/11; 0279.8/11; 0288.9/11; 0290.3/11- todos com parecer pela Aprovação e aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0138.3/11; 0154.3/11; 0423.5/11 - com pareceres pelo **Diligenciamento**, aprovados por unanimidade; e os Ofícios nºs 0175.8/11; 0178.0/11; 0187.1/11; 0252.4/11; 0285.2/11; 0316.3/11; 0317.4/11; 0318.5/11; 0355.0/11; 0370.9/11; 0376.4/11; 0402.0/11 0416.6/11; 0417.7/11; 0426.8/11; 0433.7/11; 0436.0/11; 0438.1/11; 0443.9/11; 0445.0/11; 0447.2/11; 0448.3/11; 0449.4/11; 0452.0/11; 0455.2/11; 0460.0/11; 0465.4/11; 0469.8/11; 0470.1/11; 0481.4/11; 0485.8/11; 0489.1/11; 0499.3/11; 0500.1/11; 0508.9/11; 0509.0/11; 515.8/11; 518.0/11; 0524.9/11; 0525.0/11; 0526.9/11; 0535.1/11; 0537.3/11; 0539.5/11; 0543.1/11; 0546.4/11 - com pareceres pela **Aprovação**, e aprovados por unanimidade. Passou para a leitura da Moção nº 15/2011 - apelando para que a Assembleia Legislativa aprove o Projeto de Lei Complementar que acaba com as milionárias aposentadorias acima do teto constitucional e também a revogação do direito de aposentadoria garantida pela lei nº 485/2009; Moção nº 16/2011, que apela para que seja votado em regime de urgência o Projeto de Lei nº 01/2011, que trata de anistia a policiais e bombeiros militares de nosso Estado, que foram punidos por participarem de movimentos reivindicatórios por melhoria salarial, cumprimento de legislação ou demandas por melhores condições de trabalho e Moção nº 17/2011, apelando para aprovação do Projeto de Lei nº 189/2011 e também as emendas nºs 1, 2 e 3 ao Projeto de Lei nº 140/2011, visando que os recursos do Fundeb não sejam mais contabilizados na receita líquida disponível na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias. O senhor Presidente solicitou à Assessoria da Comissão o encaminhamento de cópias a todos os membros. Em seguida foi aprovado o Requerimento de autoria do Deputado Darci de Matos, solicitando a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 2245/2007, no dia 23 de setembro

próximo. O senhor Presidente ressaltou que nessa data os membros da Comissão não estarão na Alesc, devido à participação nas audiências do Orçamento Regionalizado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria digitei e - após ser lida e aprovada por todos os membros - será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Elizeu Mattos
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA PARA SORTEIO DOS NOMES QUE COMPORÃO A SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA 001/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que com base nos § 2º e 4º do art. 10 da Lei 12.232/2010 realizará Sessão Pública para SORTEIO dos membros que comporão a Subcomissão responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas da Concorrência nº 001/2011, que tem como objeto **a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de publicidade e propaganda.**

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO SORTEIO: 26/09/2011
INÍCIO DA SESSÃO DE SORTEIO: 9:00 horas
LOCAL: Avenida Hercílio Luz nº 301, Edifício João Cascaes, 10º Andar, Florianópolis SC.

FARÃO PARTE DO REFERIDO SORTEIO OS SEGUINTES PROFISSIONAIS:

Profissionais externos:
- Getúlio Tadeu Nunes
- José Francisco dos Santos Alves
- Fábio Mafra Figueiredo

Profissionais do quadro da ALESC:
- Rossana Maria Borges Espezin
- Alencar Pedro Tiepo
- Tayana Cardoso de Oliveira
- Thamy Soligo
- Jucinei Adriano Cardoso
- Suelen Claudete Costa

Florianópolis, 13 de setembro de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 160/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 058/2011, celebrado em 05/09/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: TPS Multimidia Ltda
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de produção e execução dos programas de televisão, incluindo a pesquisa dos temas, elaboração de pautas, matérias jornalísticas, roteiros, gravação em estúdios e edição de programas, que possua comprovada experiência em produção de TV e de serviços jornalísticos para prestar serviços à TVAL da ALESC dentro das especificações mínimas abaixo descritas no Edital, seus Anexos e com as condições contidas na proposta apresentada pela CONTRATADA.
VALOR GLOBAL: R$ 1.280.400,00
VALOR MENSAL: R$ 106.700,00
VIGENCIA: 05/09/2011 a 31/12/2011
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 026/2011;
Autorização para Processo Licitatório n.º 0042/2011- LIC, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 09 de setembro de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Sócio- Fernando Pereira Oliveira
Sócia- Joyce L. A. P. Oliveira

*** X X X ***

EXTRATO Nº 161/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 054/2011, celebrado em 24/08/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: B2S Comércio de Brindes Ltda.
OBJETO: Aquisição de 1.000 (mil) pasta em PVC cristal, 0,20mm, no formato 37x27cm, com zíper para divulgação da campanha Adoção - Laços de Amor, de acordo com as especificações constantes no termo de referência do Edital de Pregão Presencial nº 023/2011, seus anexos e com as condições propostas pela CONTRATADA.
VALOR GLOBAL: R$ 3.699,00
VALOR UNITÁRIO: 3,69
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 023/2011;
Autorização para Processo Licitatório n.º 0063/2011 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 09 de setembro de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Sócio - João Norberto Sagas

*** X X X ***

EXTRATO Nº 162/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 053/2011, celebrado em 24/08/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Águia Papelaria e Comércio Ltda.
OBJETO: Aquisição de 1.000 (mil) peças de camisetas básica na cor branca, manga curta, 100% algodão, fio 30, gramatura 160, impressão FR X costas em policromia para divulgação da campanha Adoção - Laços de Amor.
VALOR GLOBAL: R$ 7.990,00
VALOR UNITÁRIO: R$ 7,99
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 023/2011;
Autorização para Processo Licitatório n.º 0063/2011 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe
Florianópolis, 09 de setembro de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Sócio- Paulo Roberto de Amorim Santos.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 163/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 056/2011, celebrado em 31/08/2011.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Piloto Promocional Ltda
OBJETO: Aquisição de 40.000 adesivo painel, em vinil, formato 10cm de diâmentro, impressos em serigrafia, três cores, faca especial para divulgação da campanha Adoção - Laços de Amor.
VALOR GLOBAL: R$ 6.000,00
VALOR UNITÁRIO: R$ 0,15
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 023/2011;
Autorização para Processo Licitatório n.º 0063/2011 partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.
Florianópolis, 12 de setembro de 2011.
Deputado Gelson Merisio - ALESC
Fernando Antonio de Andrade- Representante Legal

*** X X X ***

EXTRATO Nº 164/2011

REFERENTE: 01º Termo Aditivo de 29/08/2011, referente ao Convenio CL nº 003/2010, celebrado em 23/09/2010.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Fundação Escola de Governo- ENA
OBJETO: Prorrogar a vigência do Convenio 003/2010-00 pelo período entre 24/09/2011 e 23/09/2014.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; clausula quinta, item 5.1, do termo original; autorização administrativa.
Florianópolis, 13 de setembro de 2011.
Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Rubens de Araújo de Oliveira- Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2712, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JOÃO MELONI BATISTA**, matrícula nº 6651, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-33, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2713, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JOÃO MELONI BATISTA, matrícula nº 6651, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de setembro de 2011 (Gab Dep Gelson Merisio).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2714, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES**, matrícula nº 1847, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente Cultural, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, MAGDA DE ARAUJO NARCISO, que se encontra em Licença-Prêmio por 90 (noventa) dias a contar de 12 de setembro de 2011 (CGP - CE - Gerência Cultural).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2715, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **LAURA CELESTE JAEGER GUBERT**, matrícula nº 6321, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Planejamento de Eventos Internos, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES, por 90 (noventa) dias, a contar de 12 de setembro de 2011 (CGP - CE - Gerência Cultural).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2716, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **IVAN DE ALMEIDA VIANNA**, matrícula nº 1006, na DA - Coordenadoria de Serviços Gerais.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2717, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ORIDES DE OLIVEIRA, matrícula nº 5964, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Elizeu Mattos).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2718, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MANOELA DE OLIVEIRA STOETERAU WALLIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2719, de 13 de setembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADRIANO PEREIRA, matrícula nº 4507, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 164/2011

Altera o art. 8º da Lei nº 15.433, de 2010, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2011.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 8º, inciso VI, da Lei nº 15.433, de 28 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....
.....

VI - designar o Secretário de Estado da Fazenda, que por sua vez poderá delegar competência ao Diretor de Orçamento para remanejar, por Portaria do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, dotações orçamentárias entre subações de um mesmo Órgão;

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0266.3/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Florianópolis, pelo prazo de 10 (dez) anos, a área de 5.088,40 (cinco mil, oitenta e oito metros e quarenta decímetros quadrados), parte do imóvel matriculado sob o nº 25.379 no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Florianópolis, onde se encontra instalada a EEB Celso Ramos, e cadastrado sob o nº 01269 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo a instalação de uma unidade de educação infantil por parte do Município.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentementede notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público; e

IV - exceder o prazo de seis meses, a partir da publicação desta Lei, para conclusão das benfeitorias necessárias a plena utilização do imóvel para o fim previsto no art. 2º desta Lei.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 3 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 278/2011

Declara de utilidade pública a Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos, de São Bento do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos, com sede no Município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de setembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. PL/0280.1/2011

A Ementa e os arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº PL/0280.1/2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Recreio Cultural Tapajós - Arcut, de Indaial.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreio Cultural Tapajós - Arcut, com sede no município de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente."

Sala das Comissão, em

Deputado Romildo Titon
Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 06/09/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 280/2011

Declara de utilidade pública a Associação Recreio Cultural Tapajós - ARCUT, de Indaial.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recreio Cultural Tapajós - ARCUT, com sede no Município de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de setembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0283.4/2011

Altera a Lei nº 13.334, de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL, destinado a financiar programas de apoio à inclusão e promoção social, na forma do art. 204 da Constituição Federal.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Os arts. 3º e 5º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º O Fundo de Desenvolvimento Social - FUNDOSOCIAL, vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, contará com um Conselho Deliberativo, cujas decisões serão tomadas por maioria simples e será composto:

I - pelo Secretário Executivo de Supervisão de Recursos Desvinculados, sendo este o Presidente do referido Conselho;

II - pelo Secretário de Estado da Casa Civil;

III - pelo Secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação;

IV - pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável; e

V - pelo Secretário de Estado da Administração.

Parágrafo único. Os titulares referidos nos incisos II a V poderão ser representados por servidores previamente designados.

.....

Art. 5º Após a aprovação dos programas, ações e projetos pelo Conselho Deliberativo do FUNDOSOCIAL, compete à Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados realizar os trabalhos administrativos pertinentes à análise técnica dos pedidos de subvenções sociais, transferências voluntárias e outras liberações, bem como a execução orçamentária e financeira do Fundo, para a efetivação dos repasses, incluindo o acompanhamento e a fiscalização da execução dos projetos." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 03 de agosto de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 305/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá, com sede no Município de Botuverá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de setembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 370/2011

Declara de utilidade pública o Centro Social Lupércio de Oliveira Koëche - CESLOK, com sede no Município de Lages.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro Social Lupércio de Oliveira Koëche - CESLOK, com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 08 de setembro de 2011

Deputado Romildo Titon
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***